

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO

POLLYANA DE SOUSA CORREIA LEITE

**ANÁLISE FINANCEIRA DA EXPANSÃO DA UNICRED JOÃO PESSOA:
IMPACTOS DA MUDANÇA DE PÚBLICO-ALVO**

João Pessoa – PB
Outubro de 2012

POLLYANA DE SOUSA CORREIA LEITE

ANÁLISE FINANCEIRA DA EXPANSÃO DA UNICRED JOÃO PESSOA: IMPACTOS
DA MUDANÇA DE PÚBLICO-ALVO

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à
Coordenação do Serviço de Estágio Supervisionado
em Administração, do curso de Graduação em
Administração, do Centro de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção do grau
de Bacharel em Administração.

Orientador: César Augusto Ruiz Temoche

João Pessoa – PB
Outubro de 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L533a Leite, Pollyana de Sousa Correia.

Análise financeira da expansão da Unicred João Pessoa: impacto da mudança de público-alvo./ Pollyana de Sousa Correia Leite. – João Pessoa: UFPB, 2012.

83f.: il.

Orientador: Prof. César Augusto Ruiz Temoche.
Monografia (Graduação em Administração) – UFPB/CCSA.

1. Sistema financeiro. 2. Cooperativismo. 3. Crédito. 4. Livre
admissão. 5. Crescimento. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 658.15:334(813.3)(043.2)

Ao Professor César Augusto Ruiz Temoche, para se pronunciar sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Aluna Pollyana de Sousa Correia Leite.

João Pessoa, 18 de Outubro de 2012

Profª Helen Gonçalves
Coordenadora do SESA/CCSA/UFPB

Parecer do Professor Orientador:

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar, aos meus queridos pais que são a minha base e o meu espelho e aos professores que fizeram parte de toda a minha caminhada escolar e acadêmica, aos quais eu devo grande parte de todo o conhecimento que hoje possuo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por estar sempre presente em minha vida em todos os meus momentos, pela graça de ter me abençoado com a família que tenho, por colocar em meu caminho pessoas tão especiais, por me proporcionar mais esta conquista e pelo amor incondicional.

Ao meu amado pai, José Edson Correia Leite, que foi um grande exemplo de pai, de homem, de esperança e fé na luta pela vida. Partiu deixando grandes ensinamentos, que seguirei por toda a minha vida.

À minha mãe, Rosenilda Alves de Sousa Leite, que junto com meu pai, sempre se dedicou para me educar moral e espiritualmente, que sempre se esforçaram para me proporcionar boas oportunidades de estudo, razão pela qual cheguei até aqui.

À minha irmã Priscila de Sousa Correia Leite, pela presença alegre e iluminada dela e de sua filha Ana Vitória em nossa família, que tornam os nossos dias mais leves e mais agradáveis, nos dando força, para enfrentar o dia-a-dia.

Ao professor César Augusto Ruiz Temoche, pelo apoio e contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, pela dedicação que demonstrou no decorrer desta atividade, por ter me orientado não só para o desenvolvimento da monografia como também para o meu crescimento profissional. Atitudes estas, que nunca esquecerei. Muito obrigada.

Aos amigos companheiros de sala, que estiveram comigo durante todo o curso, dividindo conhecimentos e alegrias.

À UNICRED João Pessoa pela oportunidade de realizar essa pesquisa, a todos os colaboradores desta, que compartilham comigo seus conhecimentos e experiências, pela essencial contribuição para a realização deste estudo.

A todos os meus familiares e amigos, que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse seguir em frente na concretização deste trabalho.

*“Todas as graças da mente e do coração se escapam
quando o propósito não é firme.”*

(William Shakespeare)

LEITE, Pollyana de Sousa Correia. IMPACTOS DA MUDANÇA DE PÚBLICO- ALVO: Uma Análise Financeira da Expansão da Unicred João Pessoa. 2012.1. Monografia (Graduação em Administração) Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

RESUMO

Constituídas sob a forma de Sociedade Cooperativa, com o objetivo de prestar serviços financeiros ao seu corpo de associados, através da concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, dentre outros, as Cooperativas de Crédito, subordinadas às normas do Conselho Monetário Nacional e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, têm exercido papel de relevante contribuição para o desenvolvimento do País, sobretudo na missão de satisfazer as necessidades individuais em comum, e de forma coletiva, sejam elas sociais, econômicas ou culturais, por meio de um empreendimento, onde todos os associados são proprietários e que são geridas de forma democrática. Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de avaliar o impacto financeiro gerado com a mudança de público-alvo da Unicred João Pessoa, que até o ano de 2008 atuava apenas com profissionais da área de saúde, tornando-se uma cooperativa de crédito de livre admissão de associados no ano de 2009. Neste sentido, buscou-se, através da UNICRED – João Pessoa (PB), levantar e comparar os dados econômicos e financeiros dos anos de 2008 a 2011, e analisar os ganhos obtidos com a adoção do modelo de livre admissão. A Pesquisa se reveste de muita importância para a academia, para a sociedade e para todos que tenham interesse por ampliar seus conhecimentos sobre o cooperativismo, mais especificamente quanto as que se organizam para a concessão de crédito. Os procedimentos adotados para coleta de informações e dados contidos nesta pesquisa foram através de estudos bibliográficos e análise documental. O Estudo atingiu os objetivos traçados, concluindo que o novo modelo agregou valor e melhorou substancialmente o seu desempenho econômico e financeiro.

Palavras-chave: Sistema Financeiro. Cooperativismo. Crédito. Livre Admissão. Crescimento.

LEITE, Pollyana de Sousa Correia. IMPACTS OF CHANGE OF TARGET AUDIENCE: A Financial Analysis of the Expansion of Unicred João Pessoa. 2012.1. Monograph (Graduate in Business Administration) – Federal University of Paraíba – UFPB

ABSTRACT

Constituted as a cooperative society, with the objective of providing financial services to its members staff through the lending out, taking over in cash and forward like the Credit Unions subordinate to the standards of the National Monetary Council and supervised by the Central Bank of Brazil. They have exercised an important role in contributing to the development of the country, especially in the mission of meeting the individual needs in common in a collective way, even if they are social, economic or cultural, by means of an enterprise, where all associates are owners and managed in a democratic way. This research was made in order to evaluate the financial impact generated by changing the Unicred's audience in João Pessoa, where until the year of 2008 only worked with health professionals and after became a credit union free admission membership in 2009. According to this, it was attempted through UNICRED - João Pessoa (PB) to survey and compare the economic and financial data between the years 2008 to 2011 analyzing the gains from adopting the model of free admission. The research is of great importance to the academy, to society and to all who have interest in expanding their knowledge of the cooperative but more specifically to those who are organized for the lending out. The procedures used to collect information and data contained in this research were through studies bibliographic and documentary analysis. The study achieved the planned goals concluding that the new model has added value and it also improved substantially its economic and financial performance.

Keywords: Financial System. Cooperative. Credit. Free Admission. Growth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Símbolo do Cooperativismo	27
Figura 02: Balanço Patrimonial – Análise dos Ativos 2008-2011	43
Figura 03: Balanço Patrimonial – Análise dos Passivos 2008-2011 - Unicred João Pessoa	44
Figura 04: DRE 2011 – 2010 Unicred João Pessoa	45
Figura 05: DRE 2011 – 2010 Unicred João Pessoa	46
Figura 06: Evolução do Número de Cooperados	65
Figura 07: Evolução do Volume de Operações	66
Figura 08: Evolução dos depósitos à vista	67
Figura 09: Evolução das Aplicações Financeiras	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Análise Horizontal do Ativo UNICRED 2009 – 2008	48
Tabela 02: Análise Horizontal do Ativo UNICRED 2010 – 2008	49
Tabela 03: Análise Horizontal do Ativo UNICRED 2011 – 2008	50
Tabela 04: Análise Vertical do Ativo 2008	51
Tabela 05: Análise Vertical do Ativo 2009	52
Tabela 06: Análise Vertical do Ativo – 2010	53
Tabela 07: Análise Vertical do Ativo – 2011	54
Tabela 08: Análise Horizontal do Passivo UNICRED 2009 – 2008	55
Tabela 09: Análise Horizontal do Passivo UNICRED 2010 – 2008	56
Tabela 10: Análise Horizontal do Passivo UNICRED 2011 – 2008	57
Tabela 11: Análise Vertical do Passivo – 2008	58
Tabela 12: Análise Vertical do Passivo – 2009	59
Tabela 13: Análise Vertical do Passivo – 2010	60

Tabela 14: Análise Vertical do Passivo – 2011	61
Tabela 15: Análise Horizontal da DRE UNICRED 2009 – 2008	62
Tabela 16: Análise Horizontal da DRE UNICRED 2010 – 2008	63
Tabela 17: Análise Horizontal da DRE UNICRED 2011 – 2008	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Nível de Inadimplência na Unicred João Pessoa	69
Gráfico 02: Índices de Liquidez da Unicred João Pessoa 2008 – 2011	70
Gráfico 03: Índices de Rentabilidade da Unicred João Pessoa 2008 – 2011	71

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

BACEN – Banco Central do Brasil

BC – Bancos Comerciais

CGPC – Conselho de gestão de previdência complementar

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

CVM – Conselho de Valores Mobiliários

FATES – Fundo de assistência técnica, educacional e social.

OCA - Organização das Cooperativas das Américas

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

OCE – Organização das Cooperativas Estaduais

PIB – Produto Interno Bruto

SFN – Sistema Financeiro Nacional

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Delimitação do tema e formulação do problema de pesquisa	12
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivo Específico	13
1.3 Justificativa	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	14
2.1.1 Organização do Sistema Financeiro Nacional	15
2.1.2 Função do Sistema Financeiro Nacional	15
2.1.3 Divisão do Sistema Financeiro Nacional	16
2.1.3.1 Órgãos Normativos	16
2.1.3.2 Órgãos Supervisores	17
2.1.3.3 Órgãos Operadores	18
2.2 SOCIEDADES COOPERATIVAS	22
2.2.1 Cooperativismo	22
2.2.2 Definição das Sociedades Cooperativas	22
2.2.3 Origem do Cooperativismo	23
2.2.4 Princípios do Cooperativismo	24
2.2.5 Classificação das Sociedades Cooperativas	25
2.2.6 Filosofia e os ramos do Cooperativismo	25
2.2.7 Símbolo do Cooperativismo	27
2.2.8 Órgãos Reguladores das Cooperativas	28
2.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	29
2.3.1 Origem das Cooperativas de Crédito	29
2.3.2 Definição de Cooperativa de Crédito	30
2.3.3 Conceito de Cooperativa de Crédito	31
2.3.4 Cooperativa de Crédito Mútuo	32
2.3.5 O Papel Social das Cooperativas de Crédito	32
2.3.6 O Crédito Cooperativo	33
2.3.7 Área de Atuação das Cooperativas de Crédito	33
2.3.8 Momento Atual do Cooperativismo de Crédito	35
2.3.9 Legislação que Regulamenta as Cooperativas de Crédito	36
2.4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
2.5 ÍNDICES FINANCEIROS	37
2.5.1 Índices de inadimplência	37
2.5.2 Índices de liquidez	38
2.5.3 Índices de rentabilidade	38
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	39
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	39
3.2 CAMPO DE ESTUDO	40
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	40
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1 UNICRED JOÃO PESSOA	41

4.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS 2008 – 2011 ..	42
4.2.1 Balanço Patrimonial	42
4.2.2 Demonstração de Resultados do Exercício – DRE	44
4.3 COMPARAÇÃO DOS DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS 2008 – 2011	47
4.3.1 Análise Horizontal do Ativo 2008 – 2011.....	48
4.3.2 Análise Vertical do Ativo 2008 – 2011	51
4.3.3 Análise Horizontal do Passivo 2008 – 2011	55
4.3.4 Análise Vertical do Passivo 2008 – 2011	58
4.3.5 Análise Horizontal dos Resultados – DRE 2008 – 2011.....	62
4.4 ANÁLISE DOS GANHOS OBTIDOS COM A ADOÇÃO DO MODELO DE LIVRE	
ADMISSÃO.....	65
4.4.1 Evolução do Número de Cooperados	65
4.4.2 Evolução dos Empréstimos	66
4.4.3 Evolução dos Depósitos à Vista	67
4.4.4 Evolução das Aplicações Financeiras	68
4.5 ANÁLISE DOS NÍVEIS DE INADIMPLÊNCIA	69
4.6 ANÁLISE DA LIQUIDEZ E RENTABILIDADE DA UNICRED JOÃO PESSOA	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	74
ANEXO A.....	78
ANEXO B.....	82

1. INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do tema e formulação do problema de pesquisa.

Uma cooperativa de crédito é uma instituição financeira constituída por um grupo de pessoas, geralmente de uma mesma classe, que tem por objetivo a prestação de serviços financeiros de forma mais vantajosa para essa sociedade. Trata-se de um empreendimento econômico-social, fiscalizado pelo Banco Central do Brasil, mas que não possui a lucratividade como seu objetivo principal, apesar de proporcionar inúmeras vantagens financeiras aos que fazem parte dela, que são os chamados Cooperados.

De acordo com Ricciardi e Lemos (2000 p. 55), “Precisamos de instituições econômicas que democratizem a economia de mercado, descentralizando o acesso as oportunidades e aos recursos. O cooperativismo atende a isso plenamente”.

A Unicred João Pessoa hoje é uma cooperativa de crédito de livre admissão de associados, que iniciou com um grupo pequeno de 23 médicos, onde apenas as pessoas que faziam parte desta classe poderiam ingressar na mesma. Mais tarde, adicionou em seu quadro de associados os odontólogos e outros profissionais da área de saúde. Em 2009 a Unicred João Pessoa abriu o mercado para os demais segmentos, passando a ser uma cooperativa de livre admissão de associados e hoje pode-se contabilizar mais de 8.000 cooperados, dentre eles Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Foi com base na observação da mudança de público-alvo que surgiu o interesse para realização desta pesquisa, a fim de avaliar, em números, o crescimento obtido com a adoção do sistema de livre admissão pela Unicred João Pessoa, através de comparativos das demonstrações contábeis da instituição, dos períodos de 2008 a 2011, ou seja, do ano que antecede a mudança do modelo de admissão, e dos períodos após adoção do novo modelo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto financeiro gerado com a abertura do crédito através da adoção do sistema de livre admissão de associados na cooperativa Unicred João Pessoa.

1.2.2 Objetivo Específico

- Avaliar o crescimento do número de cooperados da Unicred João Pessoa no período de 2008 a 2011;
- Identificar o crescimento do volume das operações financeiras;
- Analisar as alterações nos níveis de inadimplência do período estudado;
- Comparar os resultados financeiros dos períodos pré e pós a adoção do sistema de livre admissão.

1.3 Justificativa

Segundo a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), as cooperativas de crédito são fundamentais para a economia do país, pois tendem a ser cada vez mais reconhecidas e fortes no mercado. Tendo em vista que o cooperativismo de crédito está sendo cada vez mais conhecido, compondo atividades no Sistema Financeiro Nacional, é de grande importância para a sociedade que sejam realizadas pesquisas acerca deste tema.

Partindo da observação de que a Unicred João Pessoa é uma cooperativa de crédito que não é mais constituída apenas por aquele pequeno grupo de médicos, os quais se conheciam entre si, a Unicred João Pessoa cresceu de forma rápida em número de associados e vem passando por um processo contínuo de crescimento.

Por esta razão e pelo interesse no conhecimento do real crescimento que a Unicred João Pessoa obteve com o sistema de livre admissão, no que diz respeito aos seus aspectos mensuráveis, como número de associados, volume de operações, depósitos à vista e a prazo, é que se motivou a realização desta pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A Economia é de extrema importância para o desenvolvimento do ambiente financeiro e Teoria Financeira pode ser melhor descrita em função de suas duas áreas mais amplas – Macroeconomia e Microeconomia. A Macroeconomia, segundo Garcia e Vasconcellos (2002, p. 83), “[...] estuda a economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grandes agregados, tais como: renda e produto nacionais, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio”.

Sendo assim, a Macroeconomia estuda o ambiente global, institucional e internacional em que a empresa precisa operar, enquanto que a Microeconomia trata da determinação de estratégias operacionais ótimas para empresas e indivíduos.

Resumindo, é necessário ter conhecimentos de Economia para se entender o ambiente financeiro e as teorias de decisão que constituem a base da Gestão Financeira contemporânea. A Macroeconomia fornece ao Gestor Financeiro uma clara visão das políticas do Governo e instituições privadas, através da qual a atividade econômica é controlada. Operando no “campo econômico” criado por tais instituições, o Administrador Financeiro vale-se das teorias Microeconômicas de operação da firma e maximização do lucro para desenvolver um plano que seja bem-sucedido. Precisa enfrentar não só outros concorrentes em seu setor, mas também as condições econômicas vigentes.

Um conceito fundamental à macroeconomia é o de sistema econômico, ou seja, uma organização que envolva recursos produtivos, unidades de produção e instituições (regras que definem as relações econômicas).

A macroeconomia propõe-se a responder questões tais como: Qual o motivo de tanto desemprego? Por que o Brasil é deficitário no Balanço de Pagamentos? A inflação poderá voltar? O que fazer para baixar a taxa de juros? Assim, pode-se dizer que as medidas adotadas no âmbito da política econômica (abordagem Macroeconômica) afetam de maneira intensiva a vida do cidadão comum. Uma decisão de elevação do depósito compulsório (estudado no decorrer deste capítulo) pode interferir diretamente na renda, no emprego, nas vendas, e conseqüentemente na vida dos agentes econômicos.

Pindyck e Rubinfeld (2005) e Mansfield e Yohe (2006) afirmam que a microeconomia trata do comportamento das unidades econômicas individualizadas e tomadoras de decisão, sendo que tais unidades abrangem os consumidores, empresas, investidores, proprietários de

fatores de produção, dentre outros. A ocupação principal desta área da teoria econômica é o estudo do agente econômico individualmente considerado.

Diferenciando microeconomia de macroeconomia, pode-se dizer que a microeconomia preocupa-se com o particular, com o individual, enquanto que a macroeconomia preocupa-se com o todo, com o geral. Uma analogia bastante comum para esta diferenciação é comparar o estudo econômico ao estudo de uma floresta. Diz-se que, ao estudar uma floresta, está sendo realizado um estudo microeconômico a preocupação estiver voltada para as árvores e animais de cada espécie, de forma isolada.

2.1.1 Organização do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é um conjunto de instituições e instrumentos financeiros, que possibilita a transferência de recursos dos doadores finais para os tomadores finais, e cria condições para que títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado financeiro.

Tomadores finais de recursos são aqueles que se encontram em posição de déficit financeiro: gastam mais do que a sua renda em consumo e/ou investimento.

Precisam do complemento de poupança de terceiros para executar seus planos e atividades, dispondo-se a pagar juros pelo capital que conseguirem.

Doadores finais de recursos são aqueles que se encontram em posição de superávit financeiro: gastam menos do que a sua renda.

As instituições do SFN – Sistema Financeiro Nacional, intermediam as relações entre essas pessoas, administrando a oferta dos recursos dos doadores finais para os tomadores finais.

2.1.2 Função do Sistema Financeiro Nacional

O SFN teve início no período colonial com a fundação do primeiro Banco do Brasil em 1808, mais adiante, em 1920, foi criado o Banco Central. De forma geral, abrange todas as instituições, propiciando condições satisfatórias para um fluxo de recursos entre os poupadores e investidores.

O Mercado Financeiro, ambiente onde acontecem todas as transações do STF, é o elemento ativo no processo do crescimento econômico, permite que os agentes econômicos –

pessoas ou empresas – entrem em contato um com o outro, permitindo a elevação nas taxas de poupança e investimento para o crescimento econômico.

Neste contexto, atuam os Intermediários Financeiros, que emitem seus próprios passivos coletando poupança direta do público por sua própria iniciativa e responsabilidade, depois aplicam esses recursos para as empresas e demais agentes através de empréstimos e financiamentos. Como instituições intermediárias podem-se elencar os Bancos Comerciais, de Investimentos, de Desenvolvimento, as Caixas Econômicas Estaduais e Federais, a Sociedade de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimos. Já as Instituições Auxiliares são as que facilitam o acesso entre os poupadores e investidores, configurando-se como exemplo a Bolsa de Valores que tem grande participação na colocação de papéis das empresas como forma de captação de recursos.

2.1.3 Divisão do Sistema Financeiro

2.1.3.1 Órgãos Normativos

- Conselho Monetário Nacional – CMN:

O Conselho Monetário Nacional trata-se do órgão superior do Sistema Financeiro Nacional, responsável por articular a política do crédito e da moeda e fixar diretrizes da política monetária, creditícia e cambial, procurando regular o valor interno e externo da moeda objetivando assim a estabilidade dela e do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Integram o CMN, o Ministro da Fazenda (que assume a função de Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão financeiros.

É de grande importância destacar o papel e as atribuições do BACEN que é considerado como secretário do CMN uma vez que este elabora e arquiva atas, organiza, prepara e auxilia na realização de reuniões.

Por concluir que o Conselho Monetário Nacional tem a responsabilidade de fixar as normas para o Sistema Financeiro Nacional, sendo então responsável também pela economia geral do Brasil foi que o destacamos dentre os órgãos normativos sendo os outros o Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP e Conselho de Gestão de Previdência complementar – CGPC.

2.1.3.2 Órgãos Supervisores

- Banco Central do Brasil – BACEN

O Banco Central do Brasil foi criado pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, este é a autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e o grande responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tem por objetivos: zelar pela adequada liquidez da economia e pela estabilidade; manter reservas internacionais em nível adequado, estimular a formação de poupança e promover aperfeiçoamento permanente do sistema financeiro. O autor Eduardo Fortuna (2001, p. 21) diz que:

O Banco Central ou BACEN pode ser considerado como: Banco dos Bancos (devido aos depósitos compulsórios e redescontos de liquidez), Gestor do Sistema Financeiro Nacional (normas, autorizações, fiscalização, intervenção), Executor da Política Monetária (controle da liquidez no mercado), Banco Emissor (emissão da moeda), Banqueiro do Governo (financiamento do Tesouro Nacional – através da emissão de títulos públicos, administração da dívida pública interna e externa, gestor e fiel depositário das reservas internacionais do país, representante junto as instituições financeiras internacionais do SFN).

Dentre suas atividades estão: a emissão do papel-moeda e moeda metálica, o recebimento dos recolhimentos voluntários ou compulsórios das instituições financeiras e bancárias, operar com a compra e venda dos títulos públicos federais, executar e regular os serviços de compensação de cheques e outros papéis, realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras, controlar o crédito, exercer a fiscalização e autorizar o funcionamento das instituições financeiras, estabelecer condições para que os cargos de direção nas instituições financeiras sejam exercidos, controlar o fluxo de capital estrangeiro no país.

A sede do BACEN fica situada em Brasília, capital do País e tem representações nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará.

- Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Trata-se de uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Esta tem responsabilidade jurídica e patrimônio próprio,

tem autonomia administrativa independente, autonomia financeira orçamentária e não é subordinada hierarquicamente.

É de sua responsabilidade a regulamentação, desenvolvimento, controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários do país. Sendo assim, assegura o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e balcão; protege os titulares de valores mobiliários; evita quaisquer modalidades de fraude no mercado; facilita acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e das companhias que os emitam; observam práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; estimulam a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; promovem o crescimento e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, estimulam ainda aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas.

2.1.3.3 Órgãos Operadores

- Bancos Comerciais

São instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas e têm como principal objetivo promover suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e médios prazos, o comércio, indústrias, pessoas físicas, empresas prestadoras de serviços, e terceiros em geral. A característica principal desses bancos é captar depósitos à vista, movimentados livremente podendo também captar depósitos à prazo. Deve ser constituído sob forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão “Banco” (Resolução CMN 2.099, de 1994).

O autor Eduardo Fortuna (2001, p. 27) afirma que “os BC (Bancos Comerciais) são intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem e distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos, criando naturalmente moeda através do efeito multiplicador do crédito”.

Assim sendo, os bancos comerciais podem: antecipar títulos (descontos); fazer empréstimos em conta corrente para as pessoas físicas, bem como contas garantidas para pessoas jurídicas (modalidade de crédito oferecido apenas para empresas que possuam CNPJ); captar depósitos á vista; realizar operações de crédito rural, *finame* e câmbio (FORTUNA, 2001).

- Bancos Múltiplos

Tratam-se de instituições financeiras que podem ser privadas ou públicas que realizam operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, através das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de *leasing* (arrendamento mercantil) e de crédito, financiamento e investimento.

Surgiu por meio da Resolução nº 1524/88, que foi emitida pelo Banco Central por decisão do Conselho Monetário Nacional, objetivando tornar a administração das instituições financeiras mais eficiente.

Cumpre salientar que apenas os bancos públicos poderão operar com a carteira de desenvolvimento (FORTUNA, 2001). As operações realizadas estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras.

O banco múltiplo deve ser organizado sob forma de sociedade anônima e deve conter, no mínimo, duas carteiras, e pelo menos uma delas precisa ser obrigatoriamente comercial ou de investimento. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve apresentar a expressão “Banco”.

- Bancos de Investimentos

Podem ser conceituados como instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros, tendo como escopo principal a função de intermediar recursos direcionados aos investimentos das empresas.

Devem ser constituídos sob forma de sociedade anônima e adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão “Banco de Investimento”. Não possuem contas correntes e captam recursos via depósitos a prazo, repasses de recursos externos, internos e venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados.

Suas principais operações ativas são financiamento de capital de giro e capital fixo, subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externos. (Resolução CMN 2.624, de 1999).

- Cooperativas de Crédito

Estas, além de observarem a legislação e normas do sistema financeiro, observam a Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Atuam tanto no setor urbano como no setor rural, as cooperativas de crédito podem se originar da associação de funcionários de uma mesma empresa, ou empresários de um mesmo ramo, ou profissionais de determinado segmento, ou até mesmo adotar o modelo de livre admissão de associados em uma área determinada de atuação, sob certas condições.

Os eventuais lucros obtidos com suas operações são repartidos entre os associados. É vedada a utilização da palavra “Banco” para as cooperativas de crédito que devem adotar obrigatoriamente a denominação “Cooperativa”. Devem possuir no mínimo vinte cooperados e adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços.

Podem realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente de associados, empréstimos, financiamentos de outras instituições financeiras e doações.

Podem conceder crédito, somente a associados cooperados, por meio de empréstimos, financiamentos, desconto de títulos e realizam aplicações de recursos no mercado financeiro (Resolução CMN 3.106, de 2003).

- Bancos de Desenvolvimento

São instituições financeiras sob controle dos governos estaduais e tem como objetivo, oferecer o suprimento adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que visem a promoção do desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado.

As operações passivas são depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, debêntures e títulos de desenvolvimento econômico. As ativas são financiamentos e empréstimos dirigidos de forma prioritária ao setor privado. São constituídos sob forma de sociedade anônima, adota obrigatoriamente em sua denominação social, a expressão “Banco de Desenvolvimento”, seguida do nome do estado em que tenha sede. (Resolução CMN 394, de 1976).

- Bolsa de Valores

São associações privadas civis, sem finalidade lucrativa. Podemos chamá-las de administradoras de mercados. Seu objetivo é propiciar local, condições e sistemas necessários

para a realização de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários. Devendo tais negociações utilizar-se de transparência e divulgar as operações executadas com rapidez e detalhes. As bolsas de valores possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa. (Resolução CMN 2.690, de 2000).

- Sociedades Corretoras

Estas são constituídas sob forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. São auxiliares do sistema financeiro que realizam a intermediação de compra e venda de ações em bolsa de valores. É de extrema importância que a corretoras sejam credenciadas pelo Banco Central (BACEN) responsável pela sua constituição, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as corretoras necessitam de autorização da CVM para o efetivo exercício de sua atividade e também pelas próprias bolsas que estejam habilitadas a negociar valores mobiliários com exclusividade nos meios disponibilizados pelas Bolsas de Valores (Pregão físico/ eletrônico ou viva-voz).

Os fundos de Investimento administrados por corretoras ou outros intermediários financeiros, são constituídos sob forma de condomínio e representam a reunião de recursos para a aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários, objetivando propiciar aos condôminos valorização de quotas, a um custo global reduzido. A normatização, concessão de autorização, registro e supervisão dos fundos de investimento são de competência da Comissão de Valores Mobiliários.

- Sociedades Distribuidoras

Sociedades distribuidoras são instituições auxiliares do sistema financeiro, o que implica total semelhança com as sociedades corretoras, que participam do sistema de intermediação de ações e outros títulos do mercado, colocando-os à venda para o público. A grande diferença entre essas sociedades é o fato de que as distribuidoras não têm acesso às bolsas de valores e de mercadorias. São constituídas sob forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, e deve constar em sua denominação social a expressão “Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários”.

Algumas de suas principais atividades são: realização de aplicações por conta própria ou de terceiros, em títulos ou valores mobiliários de renda fixa e variável; efetuam venda e

compra de títulos públicos federais, instituem, organizam e administram fundos e clubes de investimentos, operam no mercado aberto e intermediam operações de câmbio. São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 1.120, de 1986).

2.2 SOCIEDADES COOPERATIVAS

Serão apresentados neste item, aspectos relacionados ao cooperativismo, com destaque para as Cooperativas de Crédito.

2.2.1 Cooperativismo

O cooperativismo está organizado de forma sistêmica, sendo a Aliança Cooperativa Internacional - ACI, o órgão representante a nível mundial, enquanto no Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, integra o movimento prestando apoio, coordenação, representação e assessoria às cooperativas. A nível dos estados, as Organizações das Cooperativas Estaduais - OCE's, desempenham papel semelhante à OCB. Segundo Vianna e Farace (1999, p. 18):

Cooperativismo – sistema econômico e social em que a cooperação é a base sobre a qual se constroem todas as atividades econômicas, industriais, comerciais, etc., insistindo na primazia da pessoa humana, na economia e na cooperação de todos para a consecução do bem comum.

O termo “cooperativismo” tem sido utilizado em dois sentidos principais para indicar: Um sistema que considera o princípio cooperativo como meio de progresso socialista, acarretando a ruína do capitalismo e para significar o movimento de aglutinação de esforços para alcançar fins comuns, mediante a criação de associações denominadas cooperativas.

O cooperativismo possibilita a prática do capitalismo dentro do pressuposto da democracia, oferecendo uma transparência que nenhum outro modelo econômico ofereceu. (RICCIARDI e LEMOS, 2000).

2.2.2 Definição de Sociedades Cooperativas

Diz-se que, sociedades cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituídas para prestar serviços

aos associados, cujo regime jurídico, atualmente, foram instituídas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

De acordo com Vianna e Farace (1999, p. 17) Cooperativa é a união de esforços de uma comunidade ou de um segmento na busca de benefícios impossíveis de serem alcançados individualmente. Segundo alguns especialistas na matéria, “é uma forma avançada de organização que, além de seu visado desenvolvimento econômico, permite aos seus integrantes, por meio da união e da participação de todos, a sua evolução social”.

2.2.3 Origem do Cooperativismo

Cooperativismo origina-se da palavra cooperação. União para o bem comum. Solidariedade com igualdade. Justiça e ética. Sobrevivência e resistência. Liberdade e crescimento. É uma doutrina cultural e socioeconômica, fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativos. A cultura cooperativista busca desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, inteligente, justa e harmônica, visando a sua melhoria contínua. Os seus princípios buscam, pelo resultado econômico o desenvolvimento social, ou seja, a melhoria da qualidade de vida.

O cooperativismo foi idealizado por vários precursores e aconteceu de fato em 1844, quando 28 tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra, criaram uma associação que, mais tarde, seria chamada de Cooperativa. Explorados na venda de alimentos e roupas no comércio local, os artesãos montaram, primeiro um armazém próprio. Depois a associação apoiou a construção ou a compra de casas para tecelões e montou uma linha de produção para os trabalhadores com salários muito baixos ou desempregados.

A partir da criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, a idéia de cooperação ganhou novos contornos. O que antes acontecia na forma de agrupamentos momentâneos com objetivos específicos, agora se tornava um sistema duradouro que gerava resultados extremamente positivo para todos. Nascia o Cooperativismo como movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia como referências fundamentais.

Um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital, em que o empreendimento comum realizado em qualquer ramo de atividade visa às necessidades do grupo e não do lucro, busca prosperidade conjunta e não individual. Diferença que faz do

Cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso, equilíbrio e justiça entre os participantes. Associados a valores universais, o Cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade.

O cooperativismo brasileiro tem resultados positivos para oferecer à análise mundial. (RICCIARDI e LEMOS, 2000 p. 56).

2.2.4 Princípios do cooperativismo

Modelo bem-sucedido, as regras de funcionamento e gestão que os probos de Rochdale estabeleceram para sua cooperativa passaram a ser seguidas, sistematicamente. Em 1966, por ocasião do XXIII Congresso da Aliança Cooperativista Internacional – ACI, realizado em Viena, na Áustria, a redação dos princípios ficou estabelecida: Adesão livre e Voluntária: conhecida também como princípio da porta aberta, o que possibilita o ingresso ou a retirada voluntária do cooperado; Indiscriminação social, política, religiosa e racial: isso significa que a cooperativa deve tratar de modo igual os seus cooperados, sem fazer distinção deles por motivos sociais, partidários, religiosos ou raciais. Assim, cada cooperado pode ter sua opção e engajar-se livremente em qualquer movimento social e político que exista legalmente; Controle democrático: as cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente dos rumos de sua administração e tomada de decisões. Os homens e mulheres eleitos representantes se responsabilizam pelos membros, que, nas cooperativas singulares, possuem igualdade de direito ou voto (um homem, um voto) independentemente do número de suas quotas-partes; Retorno das sobras: a cooperativa não visa lucro. Havendo sobras no fechamento do balanço anual, estas se destinam aos fundos previstos no estatuto da cooperativa e o restante fica à disposição da Assembléia Geral, que decide livremente sobre sua destinação. Decidindo os cooperados pelo rateio, as sobras serão então distribuídas conforme a participação de cada cooperado; Juro limitado ao capital: o sistema cooperativista considera o capital como simples fator de produção, limitado o juro máximo, pois o objetivo da cooperativa é unicamente a prestação de serviços ao seu quadro social. Ainda assim, o capital é de fundamental importância para a sociedade cooperativa;

Educação permanente: todas as pessoas carecem de aperfeiçoamento constante, capacitando-se para o exercício da cooperação e para o trabalho. Existe no cooperativismo um fundo específico para essa finalidade, denominado FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, previsto no art. 28, II da Lei n. 5.764/71; Cooperativa intercooperativa:

não só os cooperados devem unir-se em torno de um interesse comum, para viabilizar sua cooperativa. As próprias cooperativas devem unir-se entre si em âmbito local, nacional e internacional, para atender melhor os interesses dos seus cooperados.

2.2.5 Classificação das Sociedades Cooperativas

Cooperativas Singulares ou de 1º grau - são constituídas por um número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas. Sua principal característica é a prestação direta de serviços sem fins lucrativos aos seus associados.

Cooperativas Centrais (Federações de Cooperativas) ou 2º grau - são constituídas de, no mínimo, três cooperativas singulares de crédito. O principal objetivo desse sistema é a prestação de serviços às suas afiliadas.

Confederações de Cooperativas ou de 3º grau - são constituídas de no mínimo três cooperativas centrais de crédito. Tem como objetivo coordenar e orientar as atividades das filiadas.

2.2.6 Filosofia e os ramos do Cooperativismo

O cooperativismo busca melhoria da qualidade de vida dos cooperados dentro de uma filosofia de vida coletiva fundamentada em princípios e valores que possibilita um bem estar econômico/social, compartilhado por todos. Baseia-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

No Brasil existem cooperativas em treze setores da economia. Todas representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nacionalmente e pelas organizações estaduais (Oces) nas unidades da federação.

Para melhor cumprir sua função de entidade representativa do cooperativismo brasileiro, a OCB (organização das cooperativas brasileiras), estabeleceu os ramos do cooperativismo baseados nas diferentes áreas em que o movimento atua. As atuais denominações dos ramos foram aprovadas pelo Conselho Diretor da OCB, em 4 de maio de 1993. A divisão também facilita a organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais.

Cooperativas Agropecuárias: Este ramo é composto de produtores rurais e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao associado. É um dos ramos com maior número de cooperativas e associados no Brasil. A variedade de atividades econômicas abrangidas por

esse ramo é muito grande e sua participação no PIB é significativa. Essas cooperativas geralmente cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos.

Cooperativas de Consumo: São cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. A primeira cooperativa do mundo era desse ramo e surgiu em Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1844. Também no Brasil, esse é o ramo mais antigo, cujo primeiro registro é de 1889, em Minas Gerais, em Ouro Preto.

Cooperativas de Crédito: Engloba as cooperativas destinadas a financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados. O ramo está organizado em cooperativas de crédito rural, crédito mútuo e crédito Luzzatti. A cooperativa mais antiga em funcionamento no Brasil é a Cooperativa de Nova Petrópolis Ltda. - Sicredi Pioneira, no Rio Grande do Sul, que completou, em 2002, cem anos de existência.

Cooperativas Educacionais: Reúnem às cooperativas de professores, cooperativas de alunos de escolas agrícolas, cooperativas de pais e alunos e as de atividades fins ligadas à educação, como ensino à distância. Em 30 de julho de 1980 surgiu a Cooperativa Educacional de Resende (RJ) – COOPERE, primeira cooperativa do Ramo Educacional, ainda em funcionamento. Em dezembro de 1987 surgiu, em Itumbiara (GO), a primeira cooperativa de pais de alunos, fundada pela professora Sheila Paiva de Andrade, sob a denominação de Cooperativa de Ensino de Itumbiara – CEI.

Cooperativas Especiais: Composto pelas cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999.

Cooperativas de Habitação: Compõem esse ramo as cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social. O maior complexo de construções do Ramo Habitacional no Brasil fica em Águas Claras, no Distrito Federal.

Cooperativas de Infra-estrutura: Composto por cooperativas cuja finalidade é atender diretamente o próprio quadro social com serviços de infra-estrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria, geralmente são repassadores de energia, mas algumas já passaram a gerar energia. Nesse ramo também estão incluídas as cooperativas de telefonia rural.

Cooperativas de Mineração: Composto por cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.

Cooperativas de Produção: São as cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de os princípios e a gestão do cooperativismo de crédito: caso sistema Cresol produção propriedade coletiva. São as chamadas indústrias cooperativas, de grande, médio ou pequeno porte.

Cooperativas de Saúde: São cooperativas que se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana. Abrangem médicos, psicólogos, odontólogos e pessoal afim, desse bem como os usuários desses serviços. Esse ramo surgiu no Brasil, na cidade de Santos (SP), no dia 18 de dezembro de 1967 e se estendeu a outros países.

Cooperativas de Trabalho: São formadas por trabalhadores de qualquer categoria profissional, para prestar serviços, organizados num empreendimento próprio. A OCB classifica as cooperativas de trabalho em três grupos: Artesanal, Cultural e Diversos.

Cooperativas de Transporte: Neste segmento estão as cooperativas que atuam no transporte de cargas e de passageiros. Foi criado pela Assembléia Geral da OCB no dia 30 de abril de 2002. É um ramo recente e muito dinâmico, com boas perspectivas de crescimento.

Cooperativas de Turismo e Lazer: Estas prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria, ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social nessas áreas. Foi criado pela Assembléia Geral Ordinária da OCB no dia 28 de abril de 2000. Seu objetivo é criar fluxo e refluxo permanente de turistas dentro do Sistema Cooperativo.

2.2.7 Símbolo do Cooperativismo

O cooperativismo tem sua simbologia própria padronizada, que favorece o reconhecimento de suas organizações em todo o mundo. Vejamos:

FIGURA 01: Símbolo do Cooperativismo



Fonte: [HTTP://www.bhmusic.com.br/comum/coop3.htm](http://www.bhmusic.com.br/comum/coop3.htm) , acesso em 02/11/2011

Pinheiro: Antigamente o pinheiro era tido com um símbolo da imortalidade e da fecundidade, pela sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação. Os pinheiros unidos são mais resistentes e ressaltam sua força e a capacidade de expansão.

Círculo: Representam a eternidade, pois não tem horizonte final, nem começo, nem fim.

Verde-escuro: Representa as árvores, lembra o princípio vital da natureza e a necessidade de se manter o equilíbrio com o meio-ambiente.

Amarelo-ouro: Simboliza o sol, fonte permanente de energia e calor.

Assim surgiu o emblema do Cooperativismo: um círculo abraçando dois pinheiros para indicar a união do movimento, a imortalidade de seus princípios e a fecundidade de seus ideais e a vitalidade de seus adeptos. Tudo isso marcado pela trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais.

2.2.8 Órgãos reguladores das cooperativas

O cooperativismo no Brasil é representado nacionalmente pela OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, e nos estados, pelas OCE's – Organizações estaduais e cooperativas, que são sociedades civis sem fins lucrativos que na forma da lei dos seus estatutos representa, assessora, congrega as cooperativas de todos os ramos do estado, além de ser uma entidade consultiva do governo.

Existe também uma organização internacional, ACI – Aliança Cooperativa Internacional, fundada desde 1895. Essa associação não-governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações. Objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo.

No âmbito do continente americano, existe a Organização das Cooperativas das Américas (OCA) com sede em Bogotá, na Colômbia. Fundada em 1963, integra as representações de vinte países, incluindo o Brasil. Os órgãos reguladores, além de existirem com o objetivo de prestar apoio às cooperativas e promover a integração entre as representantes, também fortalecem e trazem credibilidade à marca do cooperativismo.

2.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O objetivo da cooperativa de crédito é prestar assistência creditícia e a prestação de serviços de natureza bancária a seus associados com condições mais favoráveis.

2.3.1 Origem das Cooperativas de Crédito

Em 1948 Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundou na Alemanha a primeira cooperativa de crédito, na modalidade rural. As características principais eram a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade dos votos dos associados (que independia o número de quotas-partes), a área de atuação restrita, a falta de capital social e não havia distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Este modelo de cooperativa é bastante popular na Alemanha até os dias de hoje.

Em 1950, Herman Schulze, também na Alemanha, dava início ao cooperativismo de crédito urbano. Ele organizou a constituição de uma cooperativa de crédito em Delitzsch, Alemanha. As cooperativas do tipo “Schulze-Delitzsch” ficaram conhecidas como “bancos populares”, e se diferenciavam das cooperativas do tipo “Raiffeisen” por preverem o retorno de sobras líquidas proporcionalmente ao capital, a área de atuação não restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.

O italiano Luigi Luzzati, inspirado nos pioneiros alemães, organizou a constituição do primeiro banco cooperativo em 1865, na cidade de Milão, Itália. Tipo de cooperativa, muito conhecido no Brasil das décadas de 40 a 60, caracterizada por não exigir um vínculo para a associação (exceto algum limite geográfico), cotas de baixo valor; concessão de crédito de pequeno valor sem reais garantias; dirigentes sem remuneração e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito.

Um pouco depois, foi criada na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900 pelo jornalista Alphonse Desjardins um tipo de cooperativa que hoje é conhecida no Brasil como “de crédito mútuo”, tem como principal característica a existência de ponto, de interesses em comum entre os sócios, reunindo grupos homogêneos que podem ser clubes ou categorias profissionais por exemplo.

O cooperativismo no Brasil surgiu em 27 de Outubro de 1889, na cidade de Ouro Preto - MG, quando funcionários públicos que resolveram se unir e fundaram sua “Sociedade Cooperativa Econômica”. Era caracterizada como cooperativa de consumo, mas previa a existência de uma “caixa de auxílios e socorros”, que era destinada às viúvas de associados e

a sócios que caíssem na “indigência por falta absoluta de meio de trabalho”, conforme consta no seu estatuto da época. Esse detalhe foi relevante a ponto de fazer com que esta instituição fosse reconhecida como a precursora das cooperativas mistas com seção de crédito no Brasil.

Também há uma referência à existência da “Sociedade Beneficente de Juiz de Fora”, criada em 15 de março de 1885, portanto, antes da de Ouro Preto.

O movimento cresceu, apesar de várias adversidades no começo, tanto pela falta de apoio (só foi regulamentado em 1932, com o Decreto 22.239) quanto pelas limitações legais, especialmente no final dos anos 50.

Nos anos 60, a partir da reestruturação no sistema financeiro com a Lei 4.595 de 31.12.64, as cooperativas de crédito passam a estar incluídas entre as instituições financeiras privadas regulares no Sistema Financeiro Nacional, com funcionamento sob autorização e fiscalização do Banco Central, criado pela mesma Lei. Muitas instituições foram fechadas e, sobretudo por impeditivos operacionais e de expansão, a partir de normas editadas pelo Governo, a maioria das caixas Raiffeisen e a quase totalidade das cooperativas de crédito Luzzatti fecharam suas portas. Ficou proibida a constituição de novas cooperativas do tipo Luzzatti.

O movimento passou por um crise, e a saída para o cooperativismo de crédito urbano, foram as cooperativas de economia e crédito mútuo do modelo canadense, que chegaram no Brasil em 1959 pelo esforço de alguns líderes e entidades. O ramo se desenvolveu, e aos poucos o movimento tomou forças se organizando verticalmente e evitando erros do passado.

2.3.2 Definição de Cooperativa de Crédito

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

As cooperativas devem adotar obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão “Cooperativa”, sendo vedada a utilização da palavra “Banco”. Deve ainda constar de sua denominação, na medida do possível, elementos que identifiquem o tipo de cooperativa, segundo as condições de admissão de associados e a área geográfica de atuação.

A associação nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar-se dos seus serviços, desde que adiram aos propósitos sociais que preencham as condições estabelecidas no estatuto, sendo ilimitado o número de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços.

2.3.3 Conceito de Cooperativa de Crédito

Por cooperativa de crédito, entende-se um empreendimento sócio-econômico, visto como instituição financeira atuando no mercado juntamente com outras entidades do sistema financeiro. Funciona semelhantemente a um banco, oferecendo serviços similares e tendo como diferencial o fato de seus clientes serem os próprios donos.

De acordo com Franke (1973), apud RICCIARDI (1996, p. 26), “A sociedade cooperativa tem caráter instrumental ou auxiliar, pois o seu fim é amparar e melhorar a situação econômica dos cooperados-clientes, mediante os serviços que lhe presta.” No caso da cooperativa de crédito, trata-se da melhoria econômica, e também social, dos cooperados, tendo como objeto para tal finalidade, as relações financeiras do quadro social.

Essa sociedade estimula a economia sistemática de seus participantes, proporcionando crédito a todos. As taxas são cobradas apenas para cobrir as despesas administrativas e a manutenção do valor real do capital a ser emprestado; portanto, são mais baixas que as demais instituições financeiras. (VIANA E FARACE, 1999)

Nesse sentido, na intermediação financeira e nos outros serviços prestados por estas entidades, não ocorre a finalidade lucrativa percebida no sistema bancário convencional, que remunera os banqueiros. A cooperativa de crédito se propõe a oferecer seus serviços com segurança, menor burocracia e menor custo operacional. Estas vantagens se configuram, principalmente, na assistência emergencial creditícia aos associados sob juros abaixo da média de mercado, e possibilidades de aplicações para os associados poupadores, com maiores rendimentos.

Em relação à estrutura do cooperativismo de crédito, além das cooperativas singulares, outras entidades e organizações associativas integram o movimento, possibilitando uma melhor articulação e funcionamento do sistema. As principais são as centrais, as federações e as confederações.

2.3.4 Cooperativas de Crédito Mútuo

Esse tipo de cooperativa presta serviços financeiros de natureza social, econômica e educativa, sem finalidade lucrativa. Oferecem aos seus cooperados benefícios aos quais não teriam direito em outras instituições financeiras, como por exemplo, empréstimo individual, com base no capital aplicado, com taxa de juros inferior as praticadas no mercado.

Oferecem dentre seus serviços: empréstimos pessoais; conta-corrente; cheque especial; aplicações financeiras; recebimento de proventos, cartões de crédito e débito, pagamento de contas de água, luz, telefone etc.

A primeira cooperativa de crédito mútuo no Brasil foi a Cooperativa de Crédito dos Funcionários da Matriz do Banrisul Limitada, criada em 2 de maio de 1946 – que deu origem à Banricoop. A principal característica deste tipo de instituição é, conforme a Portaria 1.098 do Ministério da Agricultura, “as que têm como associados somente pessoas vinculadas a uma determinada entidade, corporação ou empresa, com área de ação reduzida, e que realizem operações ativas e passivas única e exclusivamente com os associados”.

Portanto, as cooperativas de crédito mútuo, como a Banricoop, são cooperativas originadas do sistema “dejardins”, que exige um vínculo com os associados. O Decreto 22.239 – datado de 19 de dezembro de 1932, que definiu as características das cooperativas de crédito atuais – deu guarida a este tipo de cooperativa. Foi este mesmo decreto que determinou a exigência da autorização do governo para que este tipo de entidade possa funcionar.

Hoje, com o advento da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as cooperativas de crédito equipararam-se às demais instituições financeiras, passando a ser fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

2.3.5 O papel social das Cooperativas de Crédito

Tais como quaisquer outras, as cooperativas de crédito são, necessariamente, empreendimentos coletivos, portanto, orientadas a atender a um público determinado – seus sócios - dentro de um ramo específico e com um diferencial no mercado. Dessa forma, a economia e o crédito (serviços de poupança e empréstimos) ao associado não são as únicas razões para a existência da cooperativa de crédito. De acordo com Souza (1992, p. 13), "Uma das prioridades do crédito mútuo é garantir a melhora da qualidade de vida das pessoas,

proporcionando o progresso das famílias. Independente do crédito há uma postura humana, social e educativa."

Outro aspecto importante é a participação, o usuário dos serviços desse tipo de organização é o próprio dono, assim, os benefícios que recebe as linhas de ação da entidade e suas características essenciais, são frutos das decisões conjuntas dos cooperados.

Nas palavras de Souza (1992, p. 13): "A essência do cooperativismo inclui uma sólida e ativa participação, permitindo à sua estrutura descentralizada operar democraticamente."

2.3.6 O Crédito Cooperativo

O sistema de crédito cooperativo é uma forma pela qual a própria sociedade promove a humanização do sistema financeiro, colocando a remuneração do capital em um patamar justo e eliminando a formação de grupos de dominação com base no crédito. (ARAÚJO, 1996, p. 12). Nas palavras de Araújo (1996, p. 13), "O cooperativismo de crédito exclui a figura do banqueiro e promove a equalização das taxas de juros exatamente aos níveis dos custos da administração do dinheiro. Todo o excedente retorna ao tomador-associado, após o balanço."

O crédito mútuo considera um banco não como um fim, mas como um meio pelos quais as necessidades do homem, enquanto membro de uma comunidade podem ser atendidas. (SOUZA, 1992, p. 13)

Quanto às diretrizes de funcionamento, Lancelin (1996) apud BITTENCOURT e MICHELON (1999, 9-11), salienta que o crédito cooperativo é um sistema de financiamento monetário, e, portanto, necessita de um reconhecimento institucional, está relacionado a uma finalidade social, daí, deve se refletir "a que e a quem serve o sistema de crédito", além disso, necessita de recursos para funcionamento, que podem ser próprios ou de terceiros, o custo e o prazo para utilização desses recursos merece atenção especial, e por fim, o crédito cooperativo é serviço para atores econômicos, e, portanto, deve ir de encontro às necessidades dos cooperados.

2.3.7 Área de atuação das Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito estão habilitadas a realizar praticamente todas as operações financeiras permitidas a um banco comercial e, por estar autorizada a captar depósitos à vista, "verdadeiramente ela está autorizada a criar moeda escritural", como mesmo admite Carvalho

(2000, p. 6). Por outro lado, as cooperativas de crédito, além de receberem depósitos à vista, realizam operações ativas de concessão de créditos em diversas modalidades, motivo pelo qual incorrem nos mesmos riscos de intermediação financeira inerentes aos bancos múltiplos e comerciais em geral. Para um melhor entendimento das operações e atividades realizadas por uma Cooperativa de Crédito, segue o artigo abaixo:

Dispõe o artigo 31 da Resolução nº 3.442, de 28 de fevereiro de 2007:

Art. 31. A cooperativa de crédito pode realizar as seguintes operações e atividades, além de outras estabelecidas em regulamentação específica:

I – captar, somente de associados, depósitos sem emissão de certificado; obter empréstimos ou repasses de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros; receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses;

II – conceder créditos e prestar garantias, somente a associados, inclusive em operações realizadas ao amparo da regulamentação do crédito rural em favor de associados produtores rurais;

III – aplicar recursos no mercado financeiro, inclusive em depósitos à vista, depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado e depósitos interfinanceiros, observadas eventuais restrições legais e regulamentares específicas de cada aplicação;

IV – proceder à contratação de serviços com o objetivo de viabilizar a compensação de cheques e as transferências de recursos no sistema financeiro, de prover necessidades de funcionamento da instituição ou de complementar os serviços prestados pela cooperativa aos associados;

V – no caso de cooperativa central de crédito, prestar serviços técnicos, inclusive os referentes às atribuições tratadas no Capítulo IV, a outras cooperativas de crédito filiadas ou não, bem como serviços de administração de recursos de terceiros em favor de singulares filiadas;

VI – prestar os seguintes serviços, visando atendimento a associados e a não associados:

- a) cobrança, custódia e recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, entidades públicas ou privadas;
- b) correspondente no País, nos termos da regulamentação em vigor;
- c) aos bancos cooperativos, com vistas à colocação, em nome e por conta da instituição contratante, de produtos e serviços oferecidos por essa última, inclusive os relativos a operações de câmbio;
- d) a instituições financeiras, em operações realizadas em nome e por conta da instituição contratante, destinadas a viabilizar a distribuição de recursos de financiamento do crédito rural e outros sujeitos a legislação ou regulamentação específicas, ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, compreendendo a formalização, concessão e liquidação de operações de crédito celebradas com os tomadores finais dos recursos;
- e) distribuição de cotas de fundos de investimento administrados por instituições autorizadas, observada, inclusive, a regulamentação aplicável editada pela CVM.

2.3.8 Momento atual do Cooperativismo de Crédito

A atualidade do cooperativismo de crédito também é marcada por uma melhor organização vertical do movimento e uma modernização estimulada pela informatização e automação no sistema bancário, além do aparecimento dos bancos cooperativos. A partir da resolução 2.193 de 31 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional, fica permitido a criação destes bancos, tendo como acionistas exclusivamente as cooperativas de crédito, sendo as centrais de cooperativas, as acionistas controladoras. O BANSICREDI em 1996, e o BANCOOB em 1997, vieram suprir principalmente, a carência das cooperativas de crédito resultante da impossibilidade do acesso direto à Câmara de Compensação de Cheques e Outros Papéis, à Conta Reserva Bancária e ao Mercado Interfinanceiro. Dessa forma, serviços que as cooperativas de crédito demandavam via convênios com bancos do mercado, agora podem ser atendidos pelos bancos das próprias cooperativas. (BANCOOB, 2000, 2-3)

O Brasil é o 19º país do mundo com maior volume de ativos de instituições financeiras cooperativas no mundo apresentando significativa expressão no cooperativismo de crédito.

Atualmente, a rede de atendimento das cooperativas, representa 13% das agências bancárias do país enquanto que os ativos totais administrados representam menos de 3% do total. Estes números representam o grande desafio a ser superado pelas cooperativas brasileiras, que ainda possuem um mercado potencial muito grande para crescimento. Em Junho de 2008 o Brasil possuía 1.423 Cooperativas de Crédito, 38 Centrais Estaduais e 4

Confederações, sendo alicerçado basicamente em 4 sistemas de crédito, sejam eles, SICOOB, SICREDI, UNICRED E ANCOSOL (representando as centrais Cresol, Ecosol e Crenhor)

A reunião em sistemas é uma resposta à concorrência encontrada no mercado financeiro brasileira sendo então a única alternativa para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros existentes. A partir da Resolução 3442/07 do BACEN percebe-se uma grande ênfase à organização das Cooperativas através de Centrais.

As “cooperativas independentes” (não filiadas a um sistema), popularmente conhecidas como “solteiras”, representam 19% do número total de cooperativas de crédito e sobrevivem à custa de esforços individuais, com maior capacidade de articulação no setor rural, devido a proximidade com o ramo de produção.

2.3.9 Legislação que Regulamenta as Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito são organizações financeiras amparadas pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, Lei 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico do artigo 42, da Lei nº5.764/71. Além destas leis, as cooperativas são regulamentadas por diversas resoluções, circulares e cartas circulares do Banco Central e pelo próprio estatuto social da cooperativa.

Pra constituir uma cooperativa de crédito, não basta apenas o desejo de seus membros em fundar uma sociedade. É necessário obedecer às normas existentes na Legislação que regula e disciplina o seu funcionamento, bem como às regulamentações do Banco Central do Brasil, que fiscaliza todas as instituições financeiras existentes em nosso país.

2.4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os dados contidos nas demonstrações financeiras são de fundamental importância para a avaliação e controle da eficiência da organização.

Para verificar o crescimento financeiro de instituição, podemos realizar uma análise dos comparativos anuais das DRE's (Demonstração do Resultado do exercício) e comparativos dos balanços referentes aos períodos a serem estudados. Segundo Gitman (2004, p.36) “a demonstração do resultado do exercício fornece uma síntese financeira dos resultados operacionais da empresa durante certo período”.

De acordo com Ross (2000, p.56) “o balanço patrimonial é um retrato da empresa. É uma maneira conveniente de organizar e resumir o que a empresa possui (seus ativos), o que a

empresa deve (seus exigíveis), e a diferença entre os dois (patrimônio líquido da empresa), num dado momento”. A estrutura do balanço se dá da seguinte forma: no lado esquerdo são contabilizados os ativos e no lado direito os exigíveis e patrimônio líquido da empresa.

O Balanço Patrimonial é um retrato da empresa, onde aparecem os valores que constituem seu Ativo; de todas as dívidas e compromissos a pagar, que representam o seu Passivo, e o Patrimônio Líquido. Ele representa uma demonstração contábil de uma determinada organização, que é referente a uma data, e evidencia a situação patrimonial ou econômica da empresa.

2.5 ÍNDICES FINANCEIROS

A partir das demonstrações financeiras podemos calcular os índices financeiros, que tem como objetivo medir o desempenho da empresa. Nesta pesquisa, além dos índices de inadimplência, foram analisados os índices de liquidez e índices de rentabilidade. Segundo Gitman (2004, p.42) “os elementos básicos dessa análise são a demonstração de resultados e o balanço patrimonial da empresa”.

2.5.1 Índices de inadimplência

Segundo conceituado em uma matéria divulgada na revista on-line no sítio do Serasa, é considerado inadimplência quando:

- O banco considera improvável que o devedor pague na totalidade suas obrigações ao conglomerado financeiro sem que este tenha que recorrer a ações tais como a realização de garantias (se possuir);
- O devedor está atrasado em mais de 90 dias em alguma obrigação material com o conglomerado financeiro. Saques a descoberto são considerados como operações em atraso quando o cliente infringir um limite recomendado ou tenha lhe sido recomendado um limite menor que a dívida atual.

No sentido de verificar se o crescimento da Unicred João Pessoa, provocou algum aumento no não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados, foi realizado um comparativo entre os índices de inadimplência do período estudado.

2.5.2 Índices de liquidez

Segundo Gitman (2004, p. 46) “a liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo à medida que vencem”.

Ainda conforme Gitman, a liquidez pode ser medida através do índice de liquidez corrente e índice de liquidez seca.

O índice de liquidez corrente é calculado da seguinte forma:

$$\text{Índice de Liquidez corrente} = \text{ativo circulante} / \text{passivo circulante}$$

O índice de liquidez seca se assemelha com o índice de liquidez corrente, a uma exceção de que os estoques são excluídos, sendo calculado pela fórmula:

$$\text{Índice de liquidez seca} = \text{ativo circulante} - \text{estoques} / \text{passivo circulante}$$

Pelo fato do objeto de estudo se tratar de uma instituição financeira e não possuir estoques, nesta pesquisa foi considerada a fórmula da liquidez corrente.

2.5.3 Índices de rentabilidade

Para se calcular a rentabilidade de uma empresa, existem várias medidas que podem ser considerados. Uma delas é a margem de lucro, que de acordo com Ross (2000, p.85) é calculada através da seguinte fórmula:

$$\text{Margem de lucro} = \text{Lucro Líquido} / \text{Vendas}$$

Partindo do fato de que na cooperativa de crédito as vendas são representadas pelos serviços e operações financeiras, o cálculo da rentabilidade se deu da seguinte maneira: Lucro Líquido/Operações de crédito.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 15), "a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento técnico ou científico, e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais". Significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados, por meio do emprego de métodos científicos.

Esta pesquisa foi realizada com métodos e procedimentos relatados no contexto deste capítulo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa científica pode ser entendida como um conjunto de investigações, operações e trabalhos intelectuais ou práticos que tenham como objetivo a descoberta de novos conhecimentos, a invenção de novas técnicas e a exploração ou a criação de novas realidades (KOURGANOFF, 1990). O presente estudo tem por finalidade gerar conhecimentos, proporcionando a possibilidade de ser aplicado a novas pesquisas.

Quanto aos objetivos se caracteriza como uma pesquisa do tipo exploratória e explicativa. A pesquisa exploratória é o que se pode considerar como uma primeira aproximação com o tema, visando conhecer os fatos e os fenômenos. É realizada através de levantamentos bibliográficos, observação direta, Web sites, etc.

Conceitua-se a pesquisa exploratória por tratar de investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos (LAKATOS; MARCONI, 1991).

A pesquisa explicativa (ou causal) visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas e procura explicar porque um fenômeno ocorre, determinando-se variáveis dependentes e independentes, procurando-se identificar e analisar a relação entre elas, quase sempre através de métodos estatísticos (GIL, 1991).

Quanto aos procedimentos adotados, esta pesquisa é bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica requer conhecimento de termos técnicos e sinônimos, imprescindível

para registrar e organiza dados bibliográficos referentes a documentos obtidos e empregados no estudo, tendo com objetivo: desvendar, recolher e analisar as principais contribuições sobre um determinado fato, assunto ou idéia.

De acordo com Gil (1994, p. 71) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica permite conhecer a atualidade do debate acerca dos métodos empregados na pesquisa em administração.

A pesquisa documental dá ênfase para fontes de informações ainda não publicadas, que não receberam tratamento analítico ou não foram organizadas, através de relatórios de empresas ou órgãos públicos, correspondência pessoal ou comercial, registros em igrejas, hospitais, etc. “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023, 2000)”.

3.2 CAMPO DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada na UNICRED João Pessoa Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de João Pessoa Ltda, cuja sede fica localizada na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 410, João Pessoa, Estado da Paraíba.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A pesquisa é composta pelos demonstrativos contábeis, donde se fará um recorte do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício.

Os dados da pesquisas foram levantados através de investigações realizadas no site da UNICRED João Pessoa e de documentos administrativos, onde foram colhidos números relativos aos aspectos econômicos e financeiros dos períodos de 2008 a 2011.

Os dados, em forma de números, foram tratados obedecendo à série histórica dos resultados econômicos e financeiros referentes ao período de 2008 a 2011. Os referidos dados foram compilados em figuras, tabelas e gráficos, sendo utilizados aplicativos eletrônicos, e obedecidos os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os dados coletados que possibilitaram a análise do estudo. Em primeiro plano, foi necessário um levantamento dos dados econômicos e financeiros dos anos de 2008 a 2011. Em seguida se desenvolveu uma comparação entre os mesmos, e, por último, uma análise dos ganhos obtidos com a adoção do modelo de livre admissão ocorrida no ano de 2009.

4.1 UNICRED JOÃO PESSOA

Localizada na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, a UNICRED João Pessoa foi constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 1990, tendo sua homologação aceita pelo Banco Central em 10 de fevereiro de 1993, e caracterizada como do tipo Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados.

A Cooperativa está voltada para oferecer soluções financeiras, prestar diversos serviços financeiros e viabilizar os projetos sociais e econômicos dos seus cooperados. Embora seja independente, a UNICRED participa do Sistema Nacional UNICRED, e busca oferecer atendimento eficiente, através de linhas de crédito, assessoria financeira e benefícios sociais, visando, principalmente, as atividades profissionais e a capacitação dos seus cooperados, dirigentes e funcionários.

A UNICRED João Pessoa iniciou suas atividades com apenas 6 funcionários e hoje conta com 99 colaboradores, incluindo estagiários, atendentes, auxiliares administrativos e gerentes.

De acordo com o site <http://www.unicredjp.com.br/apresentacao.html>, as diretrizes estratégicas são:

Visão

“Ser a principal instituição econômico-financeira do cooperado”

Missão

“Disponibilizar aos cooperados produtos, serviços e orientação econômico-financeira, proporcionando o seu bem-estar social”.

Princípios e Valores

- Cooperação e Intercooperação
- Segurança
- Ética

- Sigilo
- Inovação
- Transparência Administrativa
- Igualdade
- Eficiência
- Responsabilidade Social
- Formação Cooperativista
- Fidelidade

4.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS 2008-2011

4.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma fotografia em que aparecem os valores de todos os bens e direitos que formam o Ativo da empresa; de todas as dívidas e compromissos a pagar que constituem o seu Passivo, e, por último, o total dos recursos pertencentes aos proprietários, denominado de Patrimônio Líquido. Ele representa uma demonstração contábil de uma determinada organização, estando relacionado a uma data que evidencia a sua situação patrimonial ou econômica.

Figura 02: Balanço Patrimonial – Análise dos Ativos 2008-2011 - Unicred João Pessoa
(em R\$1.000,00)

ATIVO	2008	2009	2010	2011
ATIVO CIRC E REALIZÁVEL A LP	157.102.958	191.010.778	236.354.116	334.080.441
DISPONIBILIDADES	395.058	514.051	425.128	686.234
Caixa	223.510	322.664	290.922	607.276
Depósitos Bancários	171.548	191.386	134.205	78.957
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	83.921.310	67.648.071	31.978.295	45.504.735
Serviços de Compensação	24.219	114.488	195.161	-
Centralização Financeira	83.897.091	67.533.582	31.783.133	45.504.735
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	68.573.332	118.183.772	196.427.571	278.107.143
Empréstimos e Títulos Descontados	45.022.449	69.677.584	130.370.240	197.393.953
Financiamentos	24.888.391	50.876.072	69.200.324	88.848.776
Provisões p/ Operações de Crédito	(1.337.508)	(2.369.884)	(5.142.993)	(8.135.586)
OUTROS CRÉDITOS	4.175.419	4.655.793	6.979.492	9.241.735
Rendas a Receber	4.175.419	630.670	1.411.916	1.744.034
Diversos	-	4.025.122	5.567.575	7.497.700
OUTROS VALORES E BENS	37.839	9.090	543.628	540.592
Bens não de uso próprio	28.687		520.193	520.193
Despesas Antecipadas	9.142	9.090	23.434	20.399
PERMANENTE	10.249.835	11.912.276	13.769.320	17.677.076
Investimentos	6.939.295	8.470.390	10.001.813	11.541.965
Imobilizado	2.533.017	2.678.568	3.263.659	5.890.774
Diferido	777.523	763.317	503.847	244.336
TOTAL DO ATIVO	167.352.793	202.923.055	250.123.436	351.757.518

Fonte: UNICRED JOÃO PESSOA - Relatório de Atividades de 2009, 2010 e 2011

Segundo Hoji (2001, p 252), o Balanço Patrimonial demonstra a situação estática da empresa em determinado momento. Cada empresa pode determinar a data de encerramento do balanço conforme as suas conveniências.

Através da análise dos balanços da Unicred João Pessoa, verificamos que ao fim de 2011, ocorreu um aumento de R\$184.404.725,00 (cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais, correspondente a 110,19% do total do ativo, com base no balanço de 2008.

Nota¹: Para melhor visualização, o balanço está apresentado em 2 (duas) partes, onde o ativo do período de 2008 a 2011 está descrito na Figura 02 (acima) e o passivo na Figura 03 (página 43).

Nota²: Não foram considerados os centavos para todos os valores apresentados nesta pesquisa.

Figura 03: Balanço Patrimonial – Análise dos Passivos 2008-2011 - Unicred João Pessoa
(em R\$1.000,00)

PASSIVO	2008	2009	2010	2011
<u>PASSIVO CIRC. E EXIGÍVEL LP</u>	<u>85.349.745</u>	<u>107.164.891</u>	<u>137.132.078</u>	<u>209.241.085</u>
<u>DEPÓSITOS</u>	<u>72.698.854</u>	<u>91.623.681</u>	<u>117.936.423</u>	<u>186.986.089</u>
Depósitos à vista	16.332.269	20.412.947	26.067.364	38.533.641
Depósitos sob aviso	18.910.296	20.350.969	18.570.579	18.385.984
Depósitos à prazo	37.456.289	50.859.764	73.298.470	130.066.463
<u>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIA</u>	-	<u>40.105</u>	<u>255.834</u>	<u>362.639</u>
Serviços em trânsito de terceiros	-	40.105	255.834	362.639
<u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u>	<u>12.650.891</u>	<u>15.501.103</u>	<u>18.939.820</u>	<u>21.892.356</u>
Cobrança Arrecadação de Tributos	37.723	61.756	23.474	28.993
Obrigações Sociais e Estatutárias	949.041	1.129.240	11.756.360	12.661.636
Fiscais e Previdenciárias	2.770.013	3.947.955	181.357	221.108
Diversas	8.894.114	10.362.150	6.978.627	8.980.617
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>82.003.048</u>	<u>95.758.163</u>	<u>112.991.358</u>	<u>142.516.432</u>
Capital Social	67.553.165	82.059.833	95.035.467	118.720.954
Reserva Legal	8.639.908	9.201.955	10.174.614	11.688.044
Sobras do Exercício	5.809.975	4.496.375	7.781.275	12.107.434
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	<u>167.352.793</u>	<u>202.923.055</u>	<u>250.123.436</u>	<u>351.757.518</u>

Fonte: UNICRED JOÃO PESSOA - Relatório de Atividades de 2009, 2010 e 2011

Os dados econômicos da UNICRED João Pessoa (PB) estão dispostos nas Figuras acima, onde se pode observar os ativos e os passivos, além do patrimônio líquido dos períodos de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Observamos um aumento do Patrimônio Líquido de R\$ 60.513.384,00 (sessenta milhões, quinhentos e treze mil, trezentos e oitenta e quatro reais), no ano de 2011, comparado a 2008, equivalente a uma variação de 73,79%.

4.2.2 Demonstração de Resultados do Exercício – DRE

A DRE é uma demonstração contábil dinâmica que mostra como foi formado o resultado líquido em um exercício, apresentando as contas de receitas, custos e despesas.

Figura 04: DRE 2011 – 2010 Unicred João Pessoa

(em R\$1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	dez/09	dez/08
Receita da Intermediação Financeira	<u>27.101.038</u>	<u>21.032.598</u>
Operações de Crédito	19.361.773	13.178.788
Resultado da Centralização Financeira	7.739.265	7.853.810
Despesa da Intermediação Financeira	<u>(6.868.964)</u>	<u>(5.472.702)</u>
Operações de Captação no Mercado	(5.691.231)	(5.033.790)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	(758)
Provisão para Créd. Liq. Duvidosa	(1.777.733)	(438.154)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	<u>20.232.074</u>	<u>15.559.896</u>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	<u>(14.112.012)</u>	<u>(7.965.880)</u>
Receita de Prestação de Serviços	1.425.344	1.204.205
Despesas de Pessoal	(3.602.322)	(2.993.337)
Outras Despesas Administrativas	(2.160.303)	(1.603.532)
Despesas Tributárias	(51.283)	(226.938)
Outras Receitas Operacionais	705.701	4.160.807
Outras Despesas Operacionais	(10.429.148)	(8.507.085)
Resultado Operacional	<u>6.120.061</u>	<u>7.594.016</u>
Resultado Não Operacional	<u>(124.746)</u>	<u>(301.968)</u>
Resultado Antes da Tributação	<u>5.995.315</u>	<u>7.292.048</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(127.367)</u>	<u>(7.300)</u>
Provisão para Imposto de Renda	(70.604)	(3.910)
Provisão para Contribuição Social	<u>(56.762)</u>	<u>(3.990)</u>
Participação Estatutária no Resultado	<u>(277.174)</u>	<u>(203.851,52)</u>
Participação Estatutária no Resultado	(277.174)	<u>(203.851,52)</u>
Resultado Antes das Destinações	<u>5.867.947</u>	<u>7.284.748</u>
Destinação das Sobras	<u>1.371.571</u>	<u>1.495.310</u>
Fates	(562.046)	(723.680)
Reserva Legal	(562.046)	(723.680)
Fates Sobre Atos Não Cooperados	(247.477)	(47.950)
Sobras Líquidas do Exercício	<u>4.496.376</u>	<u>5.789.438</u>

Fonte: UNICRED JOÃO PESSOA - Relatório de Atividades publicado em 2012

Figura 05: DRE 2011 – 2010 Unicred João Pessoa

(em R\$1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	dez/11	dez/10
Receita da Intermediação Financeira	<u>52.207.365</u>	<u>36.160.805,99</u>
Operações de Crédito	47.283.906	30.447.677
Resultado da Centralização Financeira	4.923.459	5.713.128
Despesa da Intermediação Financeira	<u>(17.334.223)</u>	<u>(10.556.194)</u>
Operações de Captação no Mercado	(13.228.230)	(7.497.862)
Operações de Empréstimos e Repasses	(7)	-
Provisão para Créd. Liq. Duvidosa	(4.105.986)	(3.058.331)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	<u>34.873.141</u>	<u>25.604.611</u>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	<u>(19.455.254)</u>	<u>(15.532.952)</u>
Receita de Prestação de Serviços	2.403.148	1.952.754
Despesas de Pessoal	(5.850.420)	(4.521.453)
Outras Despesas Administrativas	(3.097.070)	(2.326.926)
Despesas Tributárias	(132.945)	(77.668)
Outras Receitas Operacionais	2.266.309	1.815.690
Outras Despesas Operacionais	(15.044.274)	(12.375.348)
Resultado Operacional	<u>15.417.887</u>	<u>10.071.659</u>
Resultado Não Operacional	<u>(6.420)</u>	<u>(35.607)</u>
Resultado Antes da Tributação	<u>15.411.467</u>	<u>10.036.051</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	<u>(77.174)</u>
Provisão para Imposto de Renda	-	(43.733)
Provisão para Contribuição Social	-	<u>(33.440)</u>
Participação Estatutária no Resultado	<u>(277.174)</u>	<u>(203.851)</u>
Participação Estatutária no Resultado	(277.174)	<u>(203.851)</u>
Resultado Antes das Destinações	<u>15.134.293</u>	<u>9.755.026</u>
Destinação das Sobras	<u>(3.026.858)</u>	<u>(1.973.750)</u>
Fates	(1.513.429)	(972.659)
Reserva Legal	(1.513.429)	(972.659)
Fates Sobre Atos Não Cooperados	-	(28.431)
Sobras Líquidas do Exercício	<u>12.107.434</u>	<u>7.781.275</u>

Fonte:

Segundo Hoji (2001, p 259), A demonstração de resultados do Exercício é uma demonstração contábil que apresenta o fluxo de receitas e despesas, que resulta em aumento ou redução do patrimônio líquido entre duas datas. Ela deve ser apresentada de forma dedutiva, isto é, inicia-se com a Receita operacional bruta e dela deduz-se custos e despesas, para apurar o lucro líquido.

4.3 COMPARAÇÃO DOS DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS 2008-2011

A comparação dos dados econômicos e financeiros dos períodos de 2008 a 2011 foi realizada através da Análise Horizontal e Análise Vertical, que tem a finalidade de evidenciar a evolução dos itens das demonstrações contábeis, por períodos, calculando os números através da evolução de um período para o outro.

Segundo Braga (1989, p. 142), [...] a análise horizontal é realizada a partir de um conjunto de balanços e demonstrações de resultados consecutivos. Para cada elemento desses demonstrativos são calculados números-índices, cuja base corresponde ao valor mais antigo da série. Deste modo, pode-se avaliar a evolução de cada elemento patrimonial e de resultado ao longo de diversos períodos sucessivos.

A análise vertical trata-se de uma comparação entre itens que pertencem a uma mesma demonstração contábil, onde se calcula o percentual com base na soma do seu grupo. Ambas são utilizadas com a finalidade de comparar as evoluções dos dados pesquisados.

4.3.1 Análise Horizontal do Ativo 2008 - 2011

Tabela 01: Análise Horizontal do Ativo UNICRED 2009 – 2008 (em R\$1.000,00)

ATIVO	2009	2008	Variação
DISPONIBILIDADE	514.051	395.058	30,12%
Caixa	322.664	223.510	44,36%
Depósitos Bancários	191.386	171.548	11,56%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	67.648.071	83.921.310	-19,39%
Serviços de Compensação	114.488	24.219	372,72%
Centralização Financeira	67.533.582	83.897.091	-19,50%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	118.183.772	68.573.332	72,35%
Empréstimos e Títulos Descontados	69.677.584	45.022.449	54,76%
Financiamentos	50.876.072	24.888.391	104,42%
Provisões p/ Operações de Crédito	(2.369.884)	(1.337.508)	77,19%
OUTROS CRÉDITOS	4.655.793	4.175.419	11,50%
Rendas a Receber	630.670	4.175.419	-49,78%
Diversos	4.025.122	-	37,86%
OUTROS VALORES E BENS	9.090	37.839	-75,98%
Bens não de uso próprio		28.687	-100%
Despesas Antecipadas	9.090	9.142	-0,57%
PERMANENTE	11.912.276	10.249.835	16,22%
Investimentos	8.470.390	6.939.295	22,06%
Imobilizado	2.678.568	2.533.017	5,75%
Diferido	763.317	777.523	-1,83%
TOTAL DO ATIVO	202.923.055	167.352.793	21,25%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

De acordo com os dados levantados e descritos na Tabela 01, pode-se verificar que o montante dos bens e direitos da instituição evoluiu em 21,25%, do ano de 2008 para o ano de 2009. Destaque para o crescimento nas Operações de Crédito em 72,35%.

Tabela 02: Análise Horizontal do Ativo UNICRED 2010 – 2008 (em R\$1.000,00)

ATIVO	<i>2010</i>	<i>2008</i>	<i>Varição</i>
DISPONIBILIDADE	425.128	395.058	7,61%
Caixa	290.922	223.510	30,16%
Depósitos Bancários	134.205	171.548	-21,77%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31.978.295	83.921.310	-61,89%
Serviços de Compensação	195.161	24.219	705,82%
Centralização Financeira	31.783.133	83.897.091	-62,12%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	196.427.571	68.573.332	186,45%
Empréstimos e Títulos Descontados	130.370.240	45.022.449	189,57%
Financiamentos	69.200.324	24.888.391	178,04%
Provisões p/ Operações de Crédito	(5.142.993)	(1.337.508)	284,52%
OUTROS CRÉDITOS	6.979.492	4.175.419	67,16%
Rendas a Receber	1.411.916	4.175.419	-66,19%
Diversos	5.567.575	-	100,00%
OUTROS VALORES E BENS	543.628	37.839	1336,69%
Bens não de uso próprio	520.193	28.687	1713%
Despesas Antecipadas	23.434	9.142	156,33%
PERMANENTE	13.769.320	10.249.835	34,34%
Investimentos	10.001.813	6.939.295	44,13%
Imobilizado	3.263.659	2.533.017	28,84%
Diferido	503.847	777.523	-35,20%
TOTAL DO ATIVO	250.123.436	167.352.793	49,46%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Analisando os dados da tabela 02, podemos verificar que o total do ativo variou 49,46% no ano de 2010, com relação ao ano de 2008. Destaque para o aumento de Outros Valores e Bens em 1336,69%.

Tabela 03: Análise Horizontal do Ativo UNICRED 2011 – 2008 (em R\$1.000,00)

ATIVO	<i>2011</i>	<i>2008</i>	<i>Varição</i>
DISPONIBILIDADE	686.234	395.058	73,70%
Caixa	607.276	223.510	171,70%
Depósitos Bancários	78.957	171.548	-53,97%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	45.504.735	83.921.310	-45,77%
Serviços de Compensação	-	24.219	-100,00%
Centralização Financeira	45.504.735	83.897.091	-45,76%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	278.107.143	68.573.332	305,56%
Empréstimos e Títulos Descontados	197.393.953	45.022.449	338,43%
Financiamentos	88.848.776	24.888.391	256,99%
Provisões p/ Operações de Crédito	(8.135.586)	(1.337.508)	508,26%
OUTROS CRÉDITOS	9.241.735	4.175.419	121,37%
Rendas a Receber	1.744.034	4.175.419	-58,23%
Diversos	7.497.700	-	100,00%
OUTROS VALORES E BENS	540.592	37.839	1328,66%
Bens não de uso próprio	520.193	28.687	1713%
Despesas Antecipadas	20.399	9.142	123,13%
PERMANENTE	17.677.076	10.249.835	72,46%
Investimentos	11.541.965	6.939.295	66,32%
Imobilizado	5.890.774	2.533.017	132,55%
Diferido	244.336	777.523	-68,57%
TOTAL DO ATIVO	351.757.518	167.352.793	110,19%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Com relação aos dados apresentados na Tabela 03 podemos identificar que o total do ativo variou 110,19% em 2011, tomando como base o ano de 2008. Destaque para a variação de 1328,66% em Outros Valores e Bens para o mesmo período.

4.3.2 Análise Vertical do Ativo 2008 - 2011

Tabela 04: Análise Vertical do Ativo 2008

(em R\$1.000,00)

ATIVO	2008	<i>Varição</i>
DISPONIBILIDADE	395.058	0,24%
Caixa	223.510	0,13%
Depósitos Bancários	171.548	0,10%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	83.921.310	50,15%
Serviços de Compensação	24.219	0,02%
Centralização Financeira	83.897.091	50,13%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	68.573.332	40,98%
Empréstimos e Títulos Descontados	45.022.449	26,90%
Financiamentos	24.888.391	14,87%
Provisões p/ Operações de Crédito	(1.337.508)	0,80%
OUTROS CRÉDITOS	4.175.419	2,49%
Rendas a Receber	4.175.419	2,49%
Diversos	-	
OUTROS VALORES E BENS	37.839	0,02%
Bens não de uso próprio	28.687	0,017%
Despesas Antecipadas	9.142	0,005%
PERMANENTE	10.249.835	6,12%
Investimentos	6.939.295	4,15%
Imobilizado	2.533.017	1,51%
Diferido	777.523	0,46%
TOTAL DO ATIVO	167.352.793	100,00%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Podemos verificar que as Relações Interfinanceiras e as Operações de Crédito se destacam no ativo, com os índices de 50,15% e 40,98%, respectivamente. A Centralização Financeira é responsável por pouco mais da metade do total do ativo, com um índice de 50,13%. Os empréstimo e títulos descontados são as operações que representam 26,90% do ativo do ano de 2008.

Tabela 05: Análise Vertical do Ativo 2009

(em R\$1.000,00)

ATIVO	2009	<i>Variação</i>
DISPONIBILIDADE	514.051	0,25%
Caixa	322.664	0,16%
Depósitos Bancários	191.386	0,09%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	67.648.071	33,34%
Serviços de Compensação	114.488	0,06%
Centralização Financeira	67.533.582	33,28%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	118.183.772	58,24%
Empréstimos e Títulos Descontados	69.677.584	34,33%
Financiamentos	50.876.072	25,07%
Provisões p/ Operações de Crédito	(2.369.884)	1,17%
OUTROS CRÉDITOS	4.655.793	2,29%
Rendas a Receber	630.670	0,31%
Diversos	4.025.122	1,98%
OUTROS VALORES E BENS	9.090	0,005%
Bens não de uso próprio		
Despesas Antecipadas	9.090	0,005%
PERMANENTE	11.912.276	5,87%
Investimentos	8.470.390	4,17%
Imobilizado	2.678.568	1,32%
Diferido	763.317	0,38%
TOTAL DO ATIVO	202.923.055	100,00%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

No ano de 2009 houve uma diminuição no índice de Relações Interfinanceiras para 33,28% do total do ativo, contra 50,15% em 2008, conforme mostra a Tabela 04, pág. 50.

As Operações de Crédito representam 58,24% do ativo, aumentando em R\$49.610.440,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e quarenta reais), com relação ao ano anterior.

Tabela 06: Análise Vertical do Ativo – 2010

(em R\$1.000,00)

ATIVO	<i>2010</i>	<i>Variação</i>
DISPONIBILIDADE	425.128	0,17%
Caixa	290.922	0,12%
Depósitos Bancários	134.205	0,05%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31.978.295	12,79%
Serviços de Compensação	195.161	0,08%
Centralização Financeira	31.783.133	12,71%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	196.427.571	78,53%
Empréstimos e Títulos Descontados	130.370.240	52,12%
Financiamentos	69.200.324	27,67%
Provisões p/ Operações de Crédito	(5.142.993)	2,06%
OUTROS CRÉDITOS	6.979.492	2,79%
Rendas a Receber	1.411.916	0,56%
Diversos	5.567.575	2,23%
OUTROS VALORES E BENS	543.628	0,22%
Bens não de uso próprio	520.193	0,21%
Despesas Antecipadas	23.434	0,01%
PERMANENTE	13.769.320	5,51%
Investimentos	10.001.813	4,00%
Imobilizado	3.263.659	1,30%
Diferido	503.847	0,20%
TOTAL DO ATIVO	250.123.436	100,00%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Em 2010 as Relações Interfinanceiras atingiram o percentual de 12,79% do total do ativo, onde as Operações de Crédito foram responsáveis por 78,53%, aumentando em R\$78.243.799,00 (setenta e oito milhões, duzentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e nove reais), comparado ao ano de 2009.

Tabela 07: Análise Vertical do Ativo – 2011

(em R\$1.000,00)

ATIVO	<i>2011</i>	<i>Variação</i>
DISPONIBILIDADE	686.234	0,20%
Caixa	607.276	0,17%
Depósitos Bancários	78.957	0,02%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	45.504.735	12,94%
Serviços de Compensação	-	
Centralização Financeira	45.504.735	12,94%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	278.107.143	79,06%
Empréstimos e Títulos Descontados	197.393.953	56,12%
Financiamentos	88.848.776	25,26%
Provisões p/ Operações de Crédito	(8.135.586)	2,31%
OUTROS CRÉDITOS	9.241.735	2,63%
Rendas a Receber	1.744.034	0,50%
Diversos	7.497.700	2,13%
OUTROS VALORES E BENS	540.592	0,15%
Bens não de uso próprio	520.193	0,14%
Despesas Antecipadas	20.399	0,006%
PERMANENTE	17.677.076	5,03%
Investimentos	11.541.965	3,28%
Imobilizado	5.890.774	1,67%
Diferido	244.336	0,07%
TOTAL DO ATIVO	351.757.518	100,00%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Podemos analisar que a proporção da variável Relações Interfinanceiras se manteve próxima ao percentual apresentado no ano anterior. Em 2011 representou 12,94% em relação ao total do Ativo. As operações de crédito corresponderam a 79,06%, com um aumento de R\$81.679.572,00 (oitenta e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais), com base no ano anterior (2010) e um aumento de R\$209.533.811,00 (duzentos e nove milhões, quinhentos e trinta e três mil, oitocentos e onze reais) comparado ao total de operações do ano de 2008, conforme mostrado anteriormente na tabela 04, pág. 50.

4.3.3 Análise Horizontal do Passivo 2008 - 2011

Tabela 08: Análise Horizontal do Passivo UNICRED 2009 – 2008 (em R\$1.000,00)

PASSIVO	2009	2008	Variação
DEPÓSITOS	91.623.681	72.698.854	26,03%
Depósitos à vista	20.412.947	16.332.269	24,99%
Depósitos sob aviso	20.350.969	18.910.296	7,62%
Depósitos à prazo	50.859.764	37.456.289	35,78%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	40.105	-	100,00%
Serviços em trânsito de terceiros	40.105	-	100,00%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	15.501.103	12.650.891	22,53%
Cobrança Arrecadação de Tributos	61.756	37.723	63,71%
Obrigações Sociais e Estatutárias	1.129.240	949.041	18,99%
Fiscais e Previdenciárias	3.947.955	2.770.013	42,52%
Diversas	10.362.150	8.894.114	16,51%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.758.163	82.003.048	16,77%
Capital Social	82.059.833	67.553.165	21,47%
Reserva Legal	9.201.955	8.639.908	6,51%
Sobras do Exercício	4.496.375	5.809.975	-22,61%
TOTAL DO PASSIVO	202.923.055	167.352.793	21,25%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

No Grupo do Passivo, que representa as obrigações da entidade com terceiros, os números indicam um crescimento de 26,03% nos depósitos realizados pelos cooperados, no período de 2009, com relação a 2008, conforme dados da Tabela 08.

O Patrimônio Líquido que representa os recursos próprios da organização, que pertencem aos sócios (cooperados) evoluiu em 16,77%, valendo destacar que o Capital Social contribuiu com um aumento de R\$ 14.506.668,00 (catorze milhões, quinhentos e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais), ou seja, 21,47% em relação ao ano de 2008. O aumento do Capital Social da UNICRED ocorreu através do aporte de dinheiro, ou seja, R\$ 7.560.402,00 (Sete milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e dois reais), e pelas Sobras/Juros ao Capital no total de R\$6.946.266,00 (seis milhões, novecentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais).

O Aumento do Capital Social é representativo em função da elevação do número de associados.

De acordo com os Estatutos da UNICRED João Pessoa, Art. 9º, Parágrafo 1º, [...] o associado obriga-se a subscrever na admissão o número mínimo de 75 (setenta e cinco)

quotas-partes, no valor de R\$ 75,00 (Setenta e cinco reais), e para aumento contínuo de seu capital, subscreverá e integralizará, todos os meses, o valor mínimo equivalente a 75 quotas-partes, durante, no mínimo, 180 (cento e oitenta) meses consecutivos.

Tabela 09: Análise Horizontal do Passivo UNICRED 2010 – 2008 (em R\$1.000,00)

PASSIVO	<i>2010</i>	<i>2008</i>	<i>Varição</i>
DEPÓSITOS	117.936.423	72.698.854	62,23%
Depósitos à vista	26.067.364	16.332.269	59,61%
Depósitos sob aviso	18.570.579	18.910.296	-1,80%
Depósitos à prazo	73.298.470	37.456.289	95,69%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	255.834	-	100,00%
Serviços em trânsito de terceiros	255.834	-	100,00%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.939.820	12.650.891	49,71%
Cobrança Arrecadação de Tributos	23.474	37.723	-37,77%
Obrigações Sociais e Estatutárias	11.756.360	949.041	18,99%
Fiscais e Previdenciárias	181.357	2.770.013	-93,45%
Diversas	6.978.627	8.894.114	-21,54%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	112.991.358	82.003.048	37,79%
Capital Social	95.035.467	67.553.165	40,68%
Reserva Legal	10.174.614	8.639.908	17,76%
Sobras do Exercício	7.781.275	5.809.975	33,93%
TOTAL DO PASSIVO	250.123.436	167.352.793	49,46%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

De acordo com a Tabela 09, os números indicam um crescimento de 62,23% nos depósitos realizados pelos cooperados, no período de 2010, com relação a 2008.

O Patrimônio Líquido evoluiu em 37,79%, onde o Capital Social contribuiu com um aumento de R\$ 27.482.302,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trezentos e dois reais), ou seja, 40,68% em relação ao ano de 2008.

Tabela 10: Análise Horizontal do Passivo UNICRED 2011 – 2008 (em R\$1.000,00)

PASSIVO	<i>2011</i>	<i>2008</i>	<i>Variação</i>
DEPÓSITOS	186.986.089	72.698.854	157,21%
Depósitos à vista	38.533.641	16.332.269	135,94%
Depósitos sob aviso	18.385.984	18.910.296	-2,77%
Depósitos à prazo	130.066.463	37.456.289	247,25%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	362.639	-	100,00%
Serviços em trânsito de terceiros	362.639	-	100,00%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.892.356	12.650.891	73,05%
Cobrança Arrecadação de Tributos	28.993	37.723	-23,14%
Obrigações Sociais e Estatutárias	12.661.636	949.041	1234,15%
Fiscais e Previdenciárias	221.108	2.770.013	-92,02%
Diversas	8.980.617	8.894.114	0,97%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.516.432	82.003.048	73,79%
Capital Social	118.720.954	67.553.165	75,74%
Reserva Legal	11.688.044	8.639.908	35,28%
Sobras do Exercício	12.107.434	5.809.975	108,39%
TOTAL DO PASSIVO	351.757.518	167.352.793	110,19%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Conforme apresentado na Tabela 10, no período de 2011 os números aumentaram em 157,21% nos depósitos realizados pelos cooperados, com relação ao ano de 2008.

O Patrimônio Líquido aumentou em 73,79% no período, o Capital Social contribuiu com um aumento de R\$ 51.167.789,00 (cinquenta e um milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais), ou seja, 75,74% em relação ao ano de 2008.

4.3.4 Análise Vertical do Passivo 2008 - 2011

Tabela 11: Análise Vertical do Passivo – 2008

(em R\$1.000,00)

PASSIVO	<i>2008</i>	<i>Variação</i>
DEPÓSITOS	72.698.854	43,44%
Depósitos à vista	16.332.269	9,76%
Depósitos sob aviso	18.910.296	11,30%
Depósitos à prazo	37.456.289	22,38%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	
Serviços em trânsito de terceiros	-	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	12.650.891	7,56%
Cobrança Arrecadação de Tributos	37.723	0,02%
Obrigações Sociais e Estatutárias	949.041	0,57%
Fiscais e Previdenciárias	2.770.013	1,66%
Diversas	8.894.114	5,31%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.003.048	49,00%
Capital Social	67.553.165	40,37%
Reserva Legal	8.639.908	5,16%
Sobras do Exercício	5.809.975	3,47%
TOTAL DO PASSIVO	167.352.793	100,00%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Analisando verticalmente o passivo da Unicred João Pessoa no período de 2008, verificamos que os Depósitos e o Patrimônio Líquido são as variáveis mais evidentes, sendo responsáveis por 43,44% e 49,00% do total do passivo, respectivamente. O capital social no ano de 2008 representava o valor de R\$67.553.165,00 (sessenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, cento e sessenta e cinco reais), que corresponde a 40,37% do passivo.

Tabela 12: Análise Vertical do Passivo – 2009

(em R\$1.000,00)

PASSIVO	2009	Variação
DEPÓSITOS	91.623.681	45,15%
Depósitos à vista	20.412.947	10,06%
Depósitos sob aviso	20.350.969	10,03%
Depósitos à prazo	50.859.764	25,06%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	40.105	0,02%
Serviços em trânsito de terceiros	40.105	0,02%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	15.501.103	7,64%
Cobrança Arrecadação de Tributos	61.756	0,03%
Obrigações Sociais e Estatutárias	1.129.240	0,56%
Fiscais e Previdenciárias	3.947.955	1,95%
Diversas	10.362.150	5,11%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.758.163	47,19%
Capital Social	82.059.833	40,44%
Reserva Legal	9.201.955	4,53%
Sobras do Exercício	4.496.375	2,22%
TOTAL DO PASSIVO	202.923.055	100,00%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Com base na tabela acima verificamos que os depósitos correspondem a 45,15% do passivo da instituição, no ano de 2009, aumentando o seu volume em R\$18.924.827 (dezoito mil, novecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e sete reais), comparado ao ano anterior. O Patrimônio Líquido aumentou em R\$13.755.115,00 (treze milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e quinze reais), sendo responsável por 47,19% do total do passivo.

Tabela 13: Análise Vertical do Passivo – 2010

(em R\$1.000,00)

PASSIVO	<i>2010</i>	<i>Variação</i>
DEPÓSITOS	117.936.423	47,15%
Depósitos à vista	26.067.364	10,42%
Depósitos sob aviso	18.570.579	5,28%
Depósitos à prazo	73.298.470	20,84%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	255.834	0,07%
Serviços em trânsito de terceiros	255.834	0,07%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.939.820	7,57%
Cobrança Arrecadação de Tributos	23.474	0,01%
Obrigações Sociais e Estatutárias	11.756.360	4,70%
Fiscais e Previdenciárias	181.357	0,07%
Diversas	6.978.627	2,79%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	112.991.358	45,17%
Capital Social	95.035.467	38,00%
Reserva Legal	10.174.614	4,07%
Sobras do Exercício	7.781.275	3,11%
TOTAL DO PASSIVO	250.123.436	100,00%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Em 2010, os depósitos representaram 47,15% do passivo, aumentando em R\$ 26.312.742,00 (vinte e seis milhões, trezentos e doze mil, setecentos e quarenta e dois reais), com base no ano anterior (2009). O patrimônio líquido elevou em R\$17.233.915,00 (dezessete milhões, duzentos e trinta e três mil, novecentos e quinze reais), representando 45,17% do total do passivo.

Tabela 14: Análise Vertical do Passivo – 2011

(em R\$1.000,00)

PASSIVO	<i>2011</i>	<i>Variação</i>
DEPÓSITOS	186.986.089	53,16%
Depósitos à vista	38.533.641	10,95%
Depósitos sob aviso	18.385.984	5,23%
Depósitos à prazo	130.066.463	36,98%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	362.639	0,10%
Serviços em trânsito de terceiros	362.639	0,10%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.892.356	6,22%
Cobrança Arrecadação de Tributos	28.993	0,008%
Obrigações Sociais e Estatutárias	12.661.636	3,60%
Fiscais e Previdenciárias	221.108	0,06%
Diversas	8.980.617	2,55%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.516.432	40,51%
Capital Social	118.720.954	33,75%
Reserva Legal	11.688.044	3,32%
Sobras do Exercício	12.107.434	3,44%
TOTAL DO PASSIVO	351.757.518	100,00%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

No período de 2011, verificamos que os depósitos são responsáveis por mais da metade do passivo, totalizando em 53,16%, apresentando um aumento de R\$69.049.666,00 (sessenta e nove milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais), tomando como base o ano anterior (2010) e um aumento de R\$114.287.235,00 (cento e quatorze milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais) comparado ao ano de 2008.

O patrimônio líquido representa 40,51% do passivo, onde aumentou em R\$29.525.074,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e setenta e quatro reais, comparado ao ano anterior (2010) e aumentou em R\$60.513.384,00 (sessenta milhões, quinhentos e treze mil, trezentos e oitenta e quatro reais) com relação ao ano de 2008.

4.3.5 Análise Horizontal dos Resultados (DRE) 2008 - 2011

Tabela 15: Análise Horizontal da DRE UNICRED 2009 – 2008

(em R\$1.000,00)

	2009	2008	Varição
DRE – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.101.038	21.032.598	28,85%
Rendas de Operações de Crédito	19.361.773	13.178.788	46,92%
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	
Resultado da Centralização Financeira	7.739.265	7.853.810	-1,46%
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.868.964)	(5.472.702)	25,51%
Operações de Captação no Mercado	(5.691.231)	(5.033.790)	13,06%
Operações de Empréstimos e Repasse	-	(758)	-100%
Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa	(1.777.733)	(438.154)	168,79%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIR	20.232.074	15.559.896	30,03%
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(14.112.012)	(7.965.880)	77,16%
Receitas de Prestação de Serviço	1.425.344	1.204.205	18,36%
Despesas de Pessoal	(3.602.322)	(2.993.337)	20,34%
Outras Despesas Administrativas	(2.160.303)	(1.603.532)	34,72%
Despesas Tributárias	(51.283)	(226.938)	-77,40%
Outras Receitas Operacionais	705.701	4.160.807	-83,04%
Outras Despesas Operacionais	(10.429.148)	(8.507.085)	22,59%
RESULTADO OPERACIONAL	6.120.061	7.594.016	-19,41%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(124.746)	(301.968)	-58,69%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	5.995.315	7.292.048	-17,78%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(127.367)	(7.300)	1644,61%
Provisão para Imposto de Renda	(70.604)	(3.910)	1705,47%
Provisão para Contribuição Social	(56.762)	(3.990)	1574,40%
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.867.947	7.284.748	-19,45%
DESTINAÇÃO DAS SOBRAS	1.371.571	1.495.310	-8,28%
Fates	(562.046)	(723.680)	-22,33%
Reserva Legal	(562.046)	(723.680)	-22,33%
Fates sobre atos não cooperados	(247.477)	(47.950)	416,11%
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	4.496.376	5.789.438	-22,33%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Os resultados obtidos pela UNICRED João Pessoa, conforme se apresentam na Tabela 15, indicam um crescimento de 28,85% nas Receitas com a Intermediação Financeira no período de 2008 para 2009, com destaque para a evolução nas Rendas com Operações de Crédito (46,92%), contra 25,51% nas Despesas com a Intermediação Financeira. Este fato proporcionou um crescimento de 30,03% no Resultado Bruto da Intermediação Financeira. Ou seja, R\$ 4.672.177,73 (quatro milhões, seiscentos e setenta e dois mil, cento e setenta e sete reais e setenta e três centavos).

No entanto, o Resultado Operacional decresceu em 19,41% no mesmo período, motivado pelo crescimento de Outras Receitas/Despesas Operacionais em 77,16%.

Tabela 16: Análise Horizontal da DRE UNICRED 2010 – 2008

(em R\$1.000,00)

	2010	2008	Varição
DRE – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.160.805	21.032.598	71,93%
Rendas de Operações de Crédito	30.447.677	13.178.788	131,03%
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	
Resultado da Centralização Financeira	5.713.128	7.853.810	-27,26%
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.556.194)	(5.472.702)	92,89%
Operações de Captação no Mercado	(7.497.862)	(5.033.790)	48,95%
Operações de Empréstimos e Repasse	-	(758)	-100%
Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa	(3.058.331)	(438.154)	598,00%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIR	25.604.611	15.559.896	64,55%
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(15.532.952)	(7.965.880)	94,99%
Receitas de Prestação de Serviço	1.952.754	1.204.205	62,16%
Despesas de Pessoal	(4.521.453)	(2.993.337)	51,05%
Outras Despesas Administrativas	(2.326.926)	(1.603.532)	45,11%
Despesas Tributárias	(77.668)	(226.938)	-65,77%
Outras Receitas Operacionais	1.815.690	4.160.807	-56,36%
Outras Despesas Operacionais	(12.375.348)	(8.507.085)	45,47%
RESULTADO OPERACIONAL	10.071.659	7.594.016	32,63%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(35.607)	(301.968)	-88,21%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	10.036.051	7.292.048	-17,78%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(77.174)	(7.300)	37,63%
Provisão para Imposto de Renda	(43.733)	(3.910)	1018,49%
Provisão para Contribuição Social	(33.440)	(3.990)	738,09%
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.755.026	7.284.748	33,91%
DESTINAÇÃO DAS SOBRAS	(1.973.750)	(1.495.310)	31,99%
Fates	(972.659)	(723.680)	34,40%
Reserva Legal	(972.659)	(723.680)	34,40%
Fates sobre atos não cooperados	(28.431)	(47.950)	-40,70%
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	7.781.275	5.789.438	34,40%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Conforme a tabela 16, a UNICRED João Pessoa apresentou um crescimento de 71,93% nas Receitas com a Intermediação Financeira no período de 2010 comparando com o ano de 2008, com destaque para a evolução nas Rendas com Operações de Crédito de 131,03%. Este fato proporcionou um crescimento de 64,55% no Resultado Bruto da Intermediação Financeira. Ou seja, R\$10.044.715,00 (dez milhões, quarenta e quatro mil e setecentos e quinze reais).

O Resultado Operacional aumentou em 32,69% em 2011, com base em 2008.

Tabela 17: Análise Horizontal da DRE UNICRED 2011 – 2008 (em R\$1.000,00)

	2011	2008	Varição
DRE – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.207.365	21.032.598	148,22%
Rendas de Operações de Crédito	47.283.906	13.178.788	258,79%
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	
Resultado da Centralização Financeira	4.923.459	7.853.810	-35,08%
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.334.223)	(5.472.702)	216,74%
Operações de Captação no Mercado	(13.228.230)	(5.033.790)	162,79%
Operações de Empréstimos e Repasse	(7)	(758)	-99%
Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa	(4.105.986)	(438.154)	837,11%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIR	34.873.141	15.559.896	124,12%
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(19.455.254)	(7.965.880)	144,23%
Receitas de Prestação de Serviço	2.403.148	1.204.205	99,56%
Despesas de Pessoal	(5.850.420)	(2.993.337)	95,45%
Outras Despesas Administrativas	(3.097.070)	(1.603.532)	93,14%
Despesas Tributárias	(132.945)	(226.938)	-41,42%
Outras Receitas Operacionais	2.266.309	4.160.807	-45,53%
Outras Despesas Operacionais	(15.044.274)	(8.507.085)	76,84%
RESULTADO OPERACIONAL	15.417.887	7.594.016	103,03%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(6.420)	(301.968)	-97,87%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	15.411.467	7.292.048	111,35%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(7.300)	-100,00%
Provisão para Imposto de Renda	-	(3.910)	-100,00%
Provisão para Contribuição Social	-	(3.990)	-100,00%
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES	15.134.293	7.284.748	107,75%
DESTINAÇÃO DAS SOBRAS	(3.026.858)	(1.495.310)	102,42%
Fates	(1.513.429)	(723.680)	109,13%
Reserva Legal	(1.513.429)	(723.680)	109,13%
Fates sobre atos não cooperados	-	(47.950)	-100,00%
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	12.107.434	5.789.438	109,13%

Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Analisando os dados da Tabela 17, verificamos que houve um crescimento de 148,22% nas Receitas com a Intermediação Financeira no período de 2011, em comparação ao ano de 2008. A evolução nas Rendas com Operações de Crédito foi de 258,79%. Com relação ao Resultado Bruto da Intermediação Financeira, podemos verificar um aumento em 124,12%, ou seja, R\$ 19.313.245,00 (dezenove milhões, trezentos e treze mil, duzentos e quarenta e cinco reais).

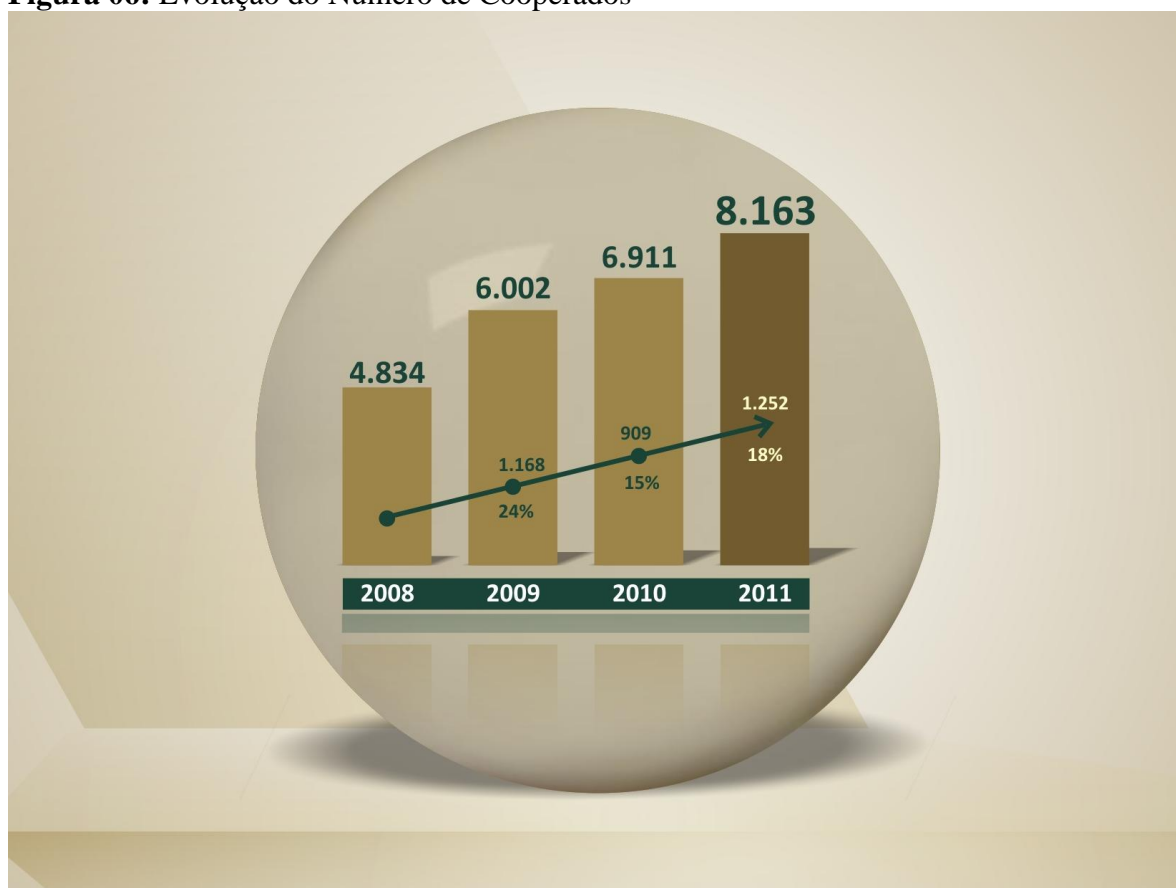
O Resultado Operacional elevou em 103,03% no mesmo período, comprovando o contínuo crescimento da cooperativa.

4.4 ANÁLISE DOS GANHOS OBTIDOS COM A ADOÇÃO DO MODELO DE LIVRE ADMISSÃO

4.4.1 Evolução do Número de Cooperados

Os chamados cooperados são todos os clientes da cooperativa, sendo eles tanto pessoa física quanto jurídica. O número de cooperados ao final do ano de 2011 cresceu 68,87% em relação ao ano de 2008, conforme se pode observar na Figura abaixo:

Figura 06: Evolução do Número de Cooperados



Fonte: Relatório de Atividades Unicred João Pessoa

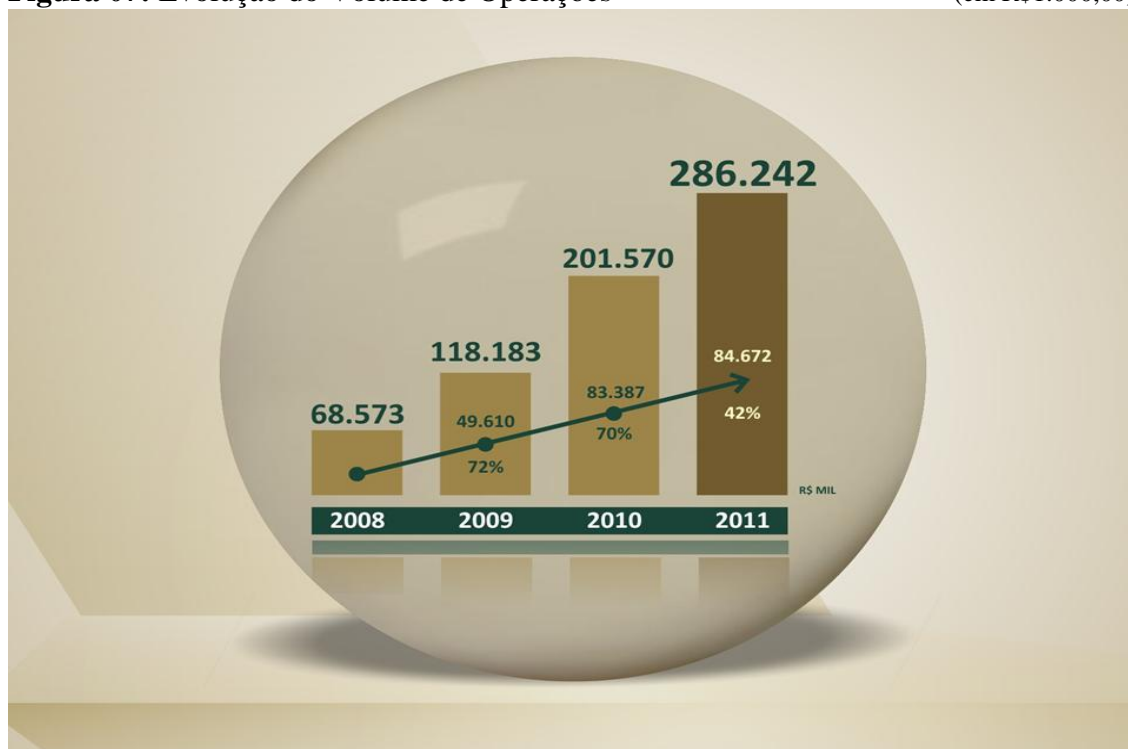
Podemos observar que, proporcionalmente ao ano anterior, o ano de 2009 foi o que mais aumentou o seu número de cooperados, variando 24% com relação ao ano de 2008.

4.4.2 Evolução das Operações de Crédito

As instituições financeiras fazem repasse dos recursos captados dos agentes econômicos superavitários, aqueles que têm sobras de recursos, aos agentes econômicos deficitários, aqueles que necessitam de recursos. No caso das cooperativas de crédito, o maior volume de recursos captados vem dos próprios cooperados.

Figura 07: Evolução do Volume de Operações

(em R\$1.000,00)



Fonte: Relatório de Atividades Unicred João Pessoa

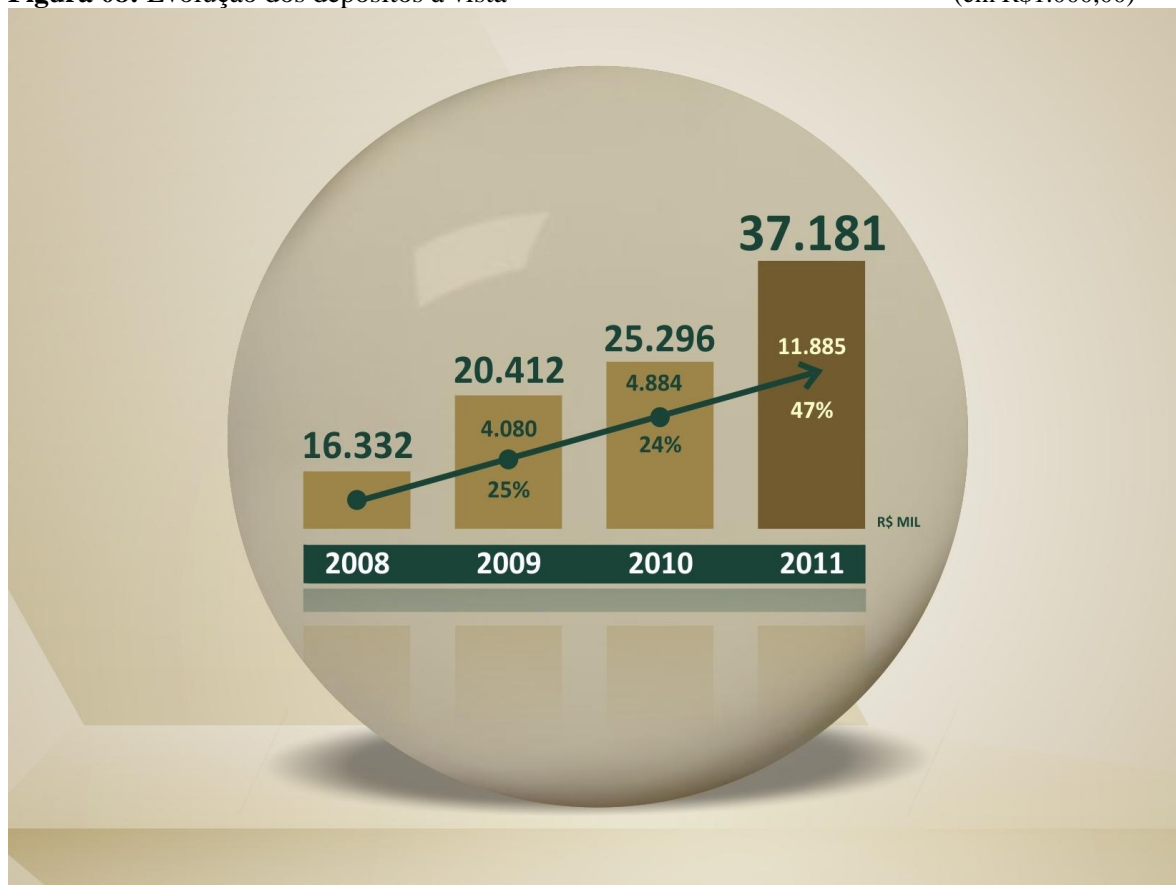
As operações de crédito incluem os financiamentos, empréstimos e títulos descontados. O montante das operações cresceu 317,42%, ou seja, R\$217.669.000,00 (duzentos e dezessete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais) em 2011, com relação ao ano de 2008, onde a cooperativa ainda não havia adotado o sistema de livre admissão.

4.4.3 Evolução dos Depósitos à Vista

Os Depósitos à Vista são aqueles de livre movimentação mantidos por pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado nas instituições financeiras. No caso das cooperativas, este produto está direcionado para captar os recursos excedentes dos próprios cooperados.

Figura 08: Evolução dos depósitos à vista

(em R\$1.000,00)



Fonte: Relatório de Atividades Unired João Pessoa

Com relação ao montante de depósitos à vista, ocorreu um crescimento de 127,66%, correspondente a R\$20.849.000,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais) no ano de 2011, com base em 2008.

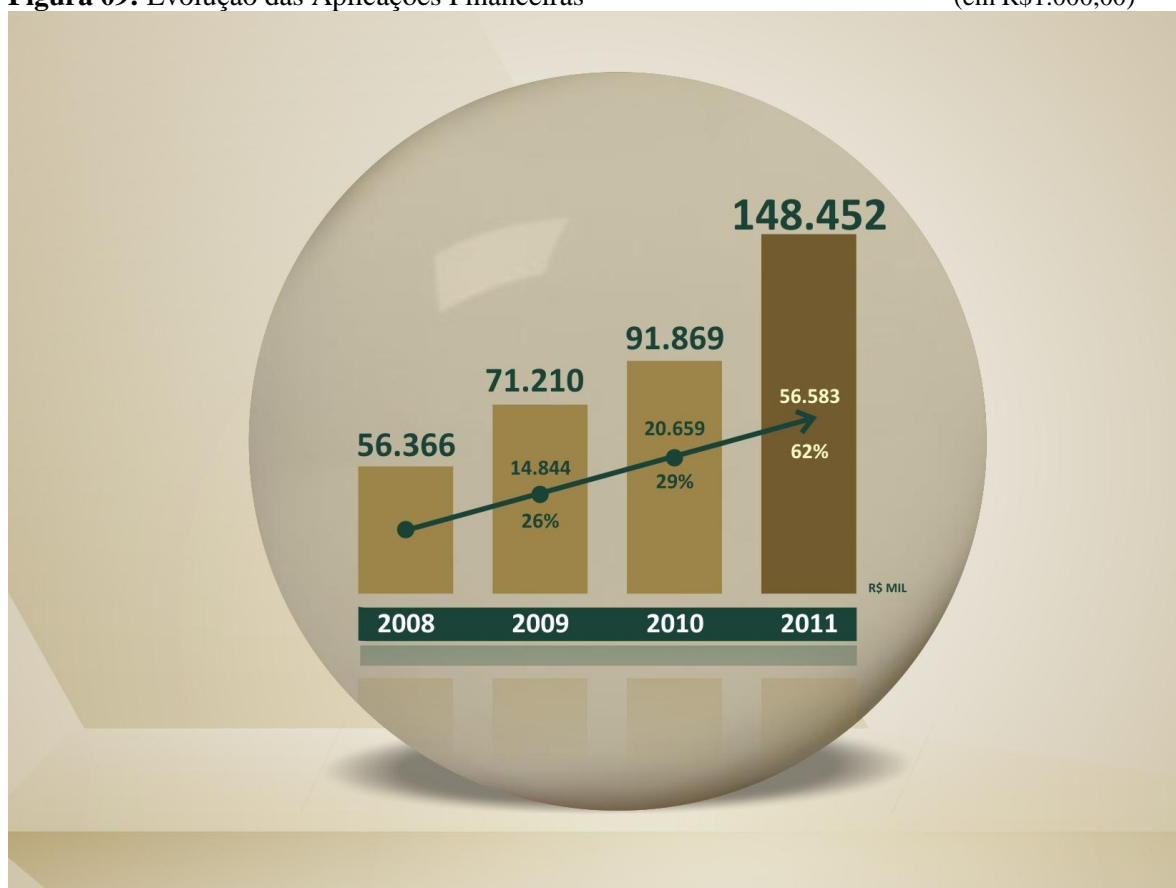
4.4.4 Evolução das Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são caracterizadas como Depósitos efetuados em instituições financeiras, de investimento ou de créditos, com retorno esperado em juros como forma de valorização do capital.

As aplicações podem ser do tipo Renda Fixa, com rendimentos obtidos por um determinado investimento em títulos do mercado financeiro. Há ainda as de Renda Variável, proveniente da opção por investimentos em títulos mobiliários de risco, como as ações e os fundos mútuos de ações.

Figura 09: Evolução das Aplicações Financeiras

(em R\$1.000,00)



Fonte: Relatório de Atividades Unicred João Pessoa

As aplicações da Unicred João Pessoa são do tipo Renda Fixa, remuneradas a um percentual sobre a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que varia de acordo com o valor e a carência mínima para o resgate.

Analisando a Figura 09, verificamos a evolução do volume destas aplicações. Tomando como base o ano de 2008, o crescimento das aplicações financeiras realizadas no

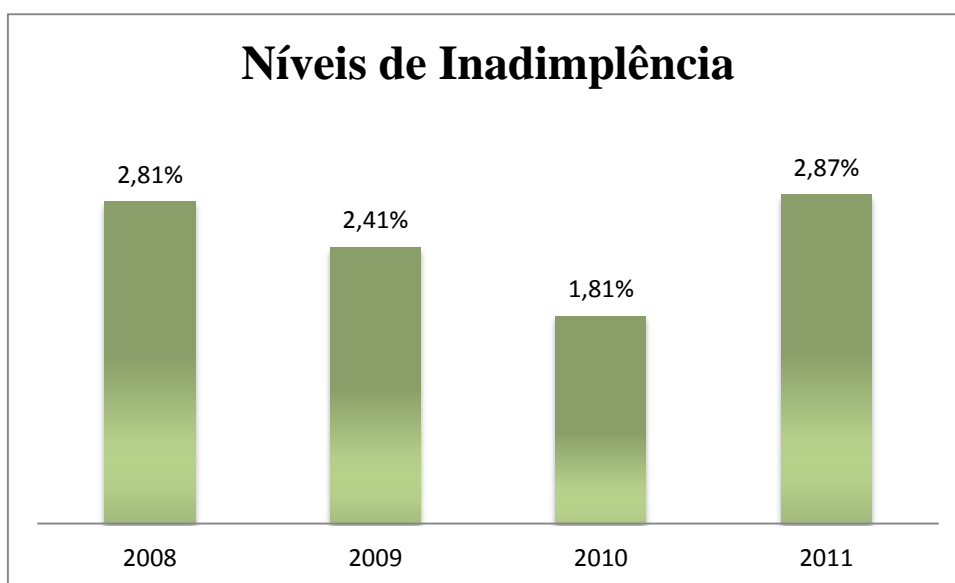
período de 2011 foi de 163,37%, ou seja, evoluiu em R\$92.086,00 (noventa e dois milhões e oitenta e seis mil reais) no período.

4.5 ANÁLISE DOS NÍVEIS DE INADIMPLÊNCIA

No que se refere à inadimplência, de acordo com os dados apresentados no gráfico abaixo, apesar do crescimento no volume das operações em 317,42%, no período de 2011, com base em 2008, a Unicred João Pessoa conseguiu controlar seus níveis de inadimplência, alcançando uma média de 2,47% no período de 2008 a 2011.

Isso significa que, embora tenha ocorrido crescimento ao longo desse período, a Unicred João Pessoa através de controles internos, análise das operações, agiu de forma eficaz a fim de evitar aumento nesses níveis, que pudessem proporcionar prejuízos a cooperativa.

Gráfico 01: Nível de Inadimplência na Unicred João Pessoa



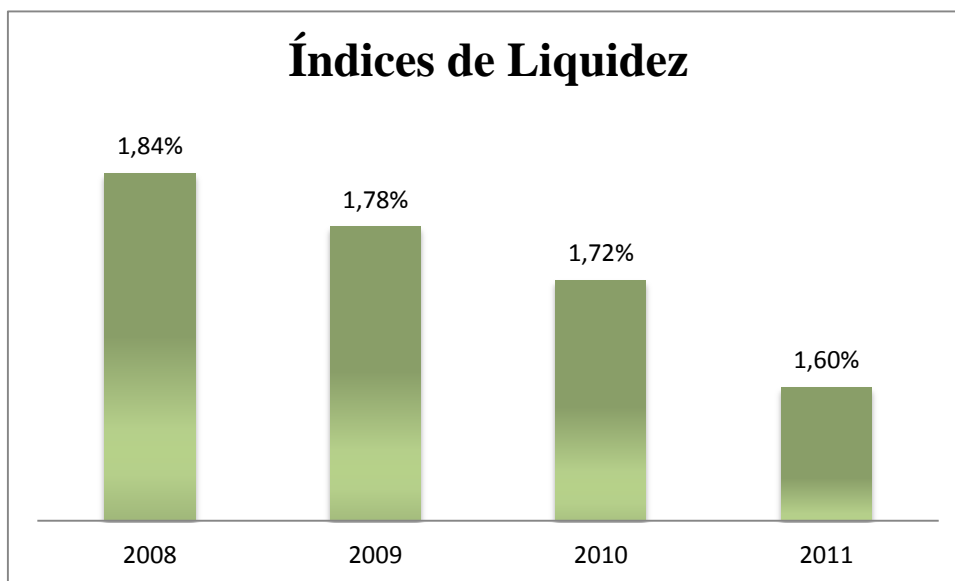
Fonte: Autora da Pesquisa - Análise documental

Com base no gráfico 01 podemos verificar que os níveis de inadimplência foram de 2,81% para o ano de 2008, 2,41% no ano de 2009, 1,81% em 2010 e 2,87% em 2011. Totalizando uma média de 2,47% para o período estudado.

4.6 ANÁLISE DA LIQUIDEZ E RENTABILIDADE DA UNICRED JOÃO PESSOA

Com base nos dados apresentados nas Figuras 02 e 03 (páginas 42 e 43) foram feitas análises da liquidez e rentabilidade da Unicred João Pessoa, conforme os resultados apresentados nos gráficos abaixo:

Gráfico 02: Índices de Liquidez da Unicred João Pessoa 2008 - 2011



Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

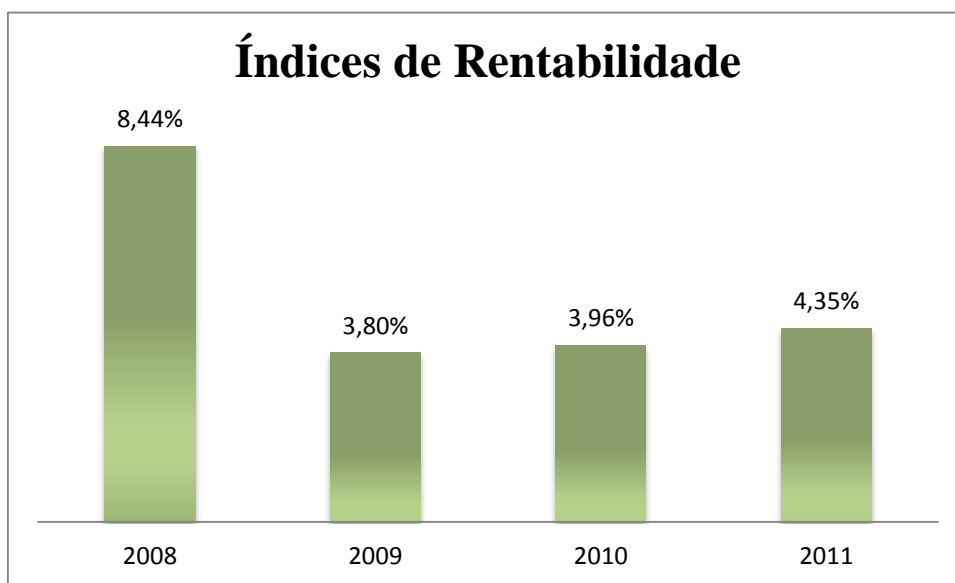
O indicador da liquidez mede a capacidade de pagamento da empresa com recursos disponíveis. Segundo Ross (2002), podemos encontrá-lo a partir da fórmula: $\text{Liquidez} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$.

Podemos observar que a liquidez foi de 1,84% no ano de 2008, diminuindo em 0,06% no ano de 2009, com relação ao ano anterior. Em 2010 foi de 1,72% e em 2011 de 1,60%. Essa diminuição nos índices de liquidez ao longo dos anos estudados se deve ao fato de que o volume de empréstimos aumentou nesse período, conforme apresentado na Tabela 07, pág 53.

De acordo com Ross (2002, pág. 85) a fórmula para calcularmos a margem de lucro é:
 $\text{Margem de lucro} = \text{Lucro Líquido} / \text{Vendas}$.

No caso da Unicred João Pessoa, as Operações de Crédito representam as vendas, portanto iremos analisar a rentabilidade através dos resultados entre o Lucro Líquido e o saldo das Operações de Crédito em cada período.

Gráfico 03: Índices de Rentabilidade da Unicred João Pessoa 2008 - 2011



Fonte: Autora da Pesquisa – Análise Documental

Foram comparadas a rentabilidade, relacionando o Lucro Líquido com as Operações de Crédito da Unicred João Pessoa, conforme os dados apresentados nas Figuras 03 e 04, páginas 43 e 44. Como podemos observar no gráfico 03, a rentabilidade do período de 2008 atingiu 8,44%, diminuindo para 3,80% no ano de 2009. Em 2010 aumentou em 0,16%, totalizando 3,96%. No ano de 2011 observamos uma rentabilidade de 4,35%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de proporcionar crédito e moeda por meio da mutualidade e da poupança, ou seja, eliminar o intermediário na captação de recursos, nos investimentos e na concessão de empréstimos, fazendo do tomador e do investidor uma só pessoa, as Cooperativas de Crédito captam recursos junto aos seus associados e empresta a outros associados.

Portanto, a principal finalidade das sociedades cooperativas, e especificadamente as de crédito, é a de associar pessoas físicas e também jurídicas, proporcionando-lhes, através da mutualidade, ou seja, a de promover a reciprocidade entre aqueles que pertencem ao próprio quadro social.

As Cooperativas de Crédito fazem parte do Sistema Financeiro Nacional e são regulamentadas e supervisionadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, respectivamente.

Com atuação no setor urbano, assim como no setor rural, elas podem surgir tanto da associação de funcionários de uma mesma empresa, ou de empresários de um mesmo ramo, ou de profissionais de determinado segmento, ou até mesmo de livre admissão que foi o segmento que despertou o interesse por esta pesquisa.

Portanto, com o objetivo de analisar os ganhos obtidos pela UNICRED João Pessoa, a partir da adoção do modelo de livre admissão ocorrida em 2009, este estudo coletou dados através do Relatório de Atividades publicado no início do ano de 2012, referentes, principalmente, aos números econômicos e financeiros do ano de 2011, comparando com os dados publicados em 2009, relativos ao período de 2008, quando a Cooperativa ainda não havia adotado o modelo de livre admissão. Também foram analisados os dados relativos à esse intervalo de tempo, ou seja, do ano de 2010.

Da análise dos dados foi possível tecer algumas considerações que possibilitam um melhor entendimento do objeto estudado.

Os dados demonstram claramente que houve uma evolução no Patrimônio Líquido da cooperativa, da ordem de 73,79% principalmente pela elevação do seu Capital Social em R\$ 51.167.789,00 (cinquenta e um milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais), ou seja, 75,74% em relação ao ano de 2008.

As Sobras do Exercício cresceram em R\$6.297.459,00 (seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais), representando um aumento de 108,39%.

O número de cooperados evoluiu de 4.834 (quatro mil, oitocentos e trinta e quatro) para 8.163 (oito mil, cento e sessenta e três), ou seja, com a adoção do modelo de livre admissão, a Unicred João Pessoa cresceu em 68,87% em quantidade de clientes, do ano de 2008 até 2011.

O volume de empréstimos variou 317,43% no mesmo período, o que refletiu em uma pequena diminuição da liquidez, porém considerada normal em virtude do atual cenário que a cooperativa está inserida, pois quanto maior o volume de operações de empréstimo, menor a capacidade de liquidez, uma vez que o capital é emprestado aos cooperados.

Não diferente das demais variáveis analisadas, os depósitos à vista e depósitos a prazo (chamadas Aplicações Financeiras) também evoluíram de forma considerável, representando, respectivamente, um aumento de 127,66% e 163,37% em 2011, tomando como base o momento que a cooperativa ainda não trabalhava com o modelo de livre admissão.

De modo geral, a instituição pesquisada obteve números econômicos e financeiros favoráveis, considerando a conjuntura financeira do momento apreciado e confirmando que ao longo desses anos está crescendo cada vez mais.

Com a intenção de verificar se a mudança de público-alvo da cooperativa provocou algum impacto financeiro negativo, como o não pagamento de operações por parte dos cooperados, foi feita uma análise nos níveis de inadimplência e verificamos que apesar de ter crescido consideravelmente em número de cooperados e operações, a cooperativa conseguiu manter numa média de 2,41% no período estudado, onde variou em apenas 0,06% em 2011, tomando como base a inadimplência de 2008.

Assim, fica a sugestão para a Unicred João Pessoa de que continue praticando as medidas já adotadas, uma vez que seu crescimento vem proporcionando benefícios para a cooperativa, conforme comprovado nos números apresentados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. T. de. In SHARDONG, A. et al. **Solidariedade financeira: Graças a Deus!**. Brasília: CONFEBRÁS, 1996, 84 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação -- referências -- elaboração**. Rio de Janeiro, ago. 2002. 24 p. Substitui a Ref. [NBR6023:2000].

BANCO CENTRAL DO BRASIL (cooperativas de Crédito) Brasília – 2006 - 118p “ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do banco central do Brasil.

BANCOOB. **BANCOOB: o banco que completa as cooperativas de crédito do SICOOB**. Brasília: BANCOOB. 2000. 12 p.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Boletim do Serviço de Economia Rural**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1944.

CARVALHO, F.J.C.; SOUZA, F.E.P.; SICSÚ, J.; PAULA, L.F.R.; STUART, R. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 14 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

GARCIA, Manuel Enriquez; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10ª edição. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

KOURGANOFF, Wladimir. **A face oculta da Universidade**. Trad. Cláudia Schilling e Fátima Iuriad. Editora da UNESP, São Paulo, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2000.

MANSFIELD, Edwin; YOHE, Gary. **Microeconomia**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de **Metodologia** Científica. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

RICCIARDI, L. **Cooperativismo – uma solução para os problemas atuais**. Vitória: Coopermídia, 2ª edição. 1996. 96 p.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTR, 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
SOUZA, A. S. **Cooperativismo de crédito: realidades e perspectivas**. Rio de Janeiro: Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro, 1992.

ROSS, Stephen A. **Princípios de Administração Financeira**. 2ª edição. – São Paulo: Atlas, 2000.

VIANNA, Claudia Salles Vilela; FARACE, Mauricio Ferraresi. **Manual prático das sociedades cooperativas**. São Paulo: LTR, 1999.

http://www.banricoop.coop.br/site/historico_cooperativas_de_credito.php acesso em 20/09/2011

<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativismoBrasil.php> acesso em 20/09/2011

<http://www.unicred.com.br/cooperat/historia/historia.htm> acesso em 20/09/2011

<http://www.unicredjp.com.br>, acesso em 02/09/2012

<http://www.cooperativismodecredito.com.br/MercadoFinanceiro.php>, acesso em 03/10/2011

<http://www.unicred.com.br/cooperat/princp/princp.htm> , acesso em 01/07/2012

<http://www.bhmusic.com.br/comum/coop3.htm> , acesso em 02/11/2011

<http://www.educredi.org/content/bandeira>, acesso em 02/11/2011

<http://www.coopercarga.com.br/html/index.php?p=6&n=231>, acesso em 02/11/2011

<http://www.copagranl.com.br/simbolos.html>, acesso em 02/11/2011.

http://www.serasaexperian.com.br/serasaexperian/publicacoes/revista/2009/68/revista_0365.htm

ANEXOS

ANEXO A – Ata de Abertura do Quadro Social

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA UNICRED JOÃO PESSOA – COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE JOÃO PESSOA LTDA., REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2008.

ENDEREÇO: Av. Marechal Deodoro da Fonseca, nº 410, Torre, João Pessoa/PB
CEP 58040-140

CNPJ nº: 35.571.249/0001-31

NIRE nº: 2540000107

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, no auditório Sérgio Bernardes do Hotel Tambaú, localizado na Av. Almirante Tamandaré, 229 – Tambaú, nesta Capital, após verificação do *quorum* legal de instalação e deliberação, estando às 18:00h (dezoito horas), em primeira convocação, presentes apenas 16 (dezesesseis) cooperados; às 19:00h (dezenove horas), em segunda convocação, presentes apenas 114 (cento e quatorze) cooperados, e, finalmente, às 20:00h (vinte horas), em terceira e última convocação, com as presenças de 262 (duzentos e sessenta e dois) cooperados, conforme assinaturas lançadas nas listagens de presenças, teve lugar, sob a presidência do Dr. Romildo Coelho Montenegro – Diretor Presidente da Cooperativa, a Assembléia Geral Extraordinária da UNICRED JOÃO PESSOA - Cooperativa de Crédito dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de João Pessoa Ltda., o qual declarou abertos os trabalhos, convidando para a formação da mesa o Dr. José Gomes Batista - Diretor Vice-Presidente da Cooperativa, Dra. Maria das Neves Guedes Cavalcanti Bezerra – Diretora Administrativa, Dr. João Bezerra Júnior – Diretor Financeiro, Dr. Caius Marcellus Lacerda – Assessor Jurídico e Dr. Lourival Lopes – Gerente Geral. Em seguida, designou o assessor jurídico, Dr. Caius Marcellus Lacerda, OAB/PB nº 5207, para secretariar os trabalhos, determinando a este que, em voz alta, procedesse a leitura do Edital de Convocação, publicado nos jornais "Correio da Paraíba" e "O Norte", edição do dia 16 de outubro do corrente ano. Na sequência, o Sr. Presidente informou que além da publicação do Edital na imprensa, vários Editais foram afixados em locais visíveis e apropriados nas dependências da Unicred comumente mais frequentadas e cópias do mesmo também foram distribuídas através de Circular, via correio, para todos os associados, caracterizando-se a tríplice forma de convocação. Comunicou ainda que a presente assembléia está sendo gravada. Cumprida esta formalidade legal, o Sr. Presidente reiterou aos participantes que a presente Assembléia estava se realizando no auditório do Hotel Tambaú, em face da sede da Unicred não possuir auditório, nem local suficiente para abrigar o grande número de cooperados, conforme justificativa já citada no edital. Na sequência informou a todos os presentes que a Assembléia Geral Extraordinária estava sendo realizada para efetuar algumas alterações estatutárias, notadamente a transformação da cooperativa em Livre Admissão, passando da modalidade prevista no inciso II para o

42 inciso VI do artigo 12 da Resolução 3.442, de 28.02.2007, além da inclusão do
43 componente organizacional de ouvidoria, conforme recomendação do Banco Central do
44 Brasil, através de correspondência Deorf/GTREC-2008/02131, de 31.03.2008. Feitas
45 essas colocações prévias, o Sr. Presidente apresentou, através de telão, os motivos
46 das alterações ora propostas, enfatizando a importância dessa decisão e os passos
47 dados até a presente assembléia junto aos cooperados, mostrando que a
48 transformação constou do plano de ações para 2008, devidamente aprovado em
49 A.G.E.; que foi aprovado no planejamento estratégico do ano passado a confecção do
50 projeto de viabilidade econômico-financeiro para a Livre Admissão, que o Banco
51 Central do Brasil, através da correspondência DEORF/GTREC/2008/08815, de
52 26.08.2008, manifestou-se favoravelmente ao projeto em questão; que diversas
53 reuniões foram realizadas envolvendo conselhos, grupo de representantes de classes e
entidades cooperadas; que no jornal do cooperado deste mês também foi publicada
55 vasta matéria explicativa sobre a livre admissão; culminando com a realização do
56 Workshop no último dia 11 de outubro com todos os cooperados, e que em todos os
57 eventos a transformação da cooperativa para Livre Admissão foi amplamente aceita.
58 Ratificou também que as alterações propostas estavam na página da Internet da
59 Unicred desde o dia 25 de outubro para consulta dos cooperados. Em seguida
60 ressaltou as vantagens com essa mudança, enfatizando o ganho de escala, o benefício
61 para a comunidade e o crescimento e desenvolvimento sustentado a ser proporcionado.
62 Destacou também o conteúdo do projeto apresentado ao Banco Central, repassando-o
63 através de projeção aos cooperados presentes. Na sequência, convidou o Gerente
64 Geral, Sr. Lourival Lopes, para apresentar através de telas o texto atual a ser
65 modificado do Estatuto Social e o texto proposto, sendo detalhadamente expostos os
66 artigos estatutários constantes da ordem do dia. Após a exposição, facultou a palavra à
67 plenária para dirimir dúvidas e responder aos questionamentos. Depois de amplo
68 debate junto aos cooperados e prestar os esclarecimentos devidos, o Sr. Presidente
69 colocou em votação o item primeiro da pauta, alterando os artigos 1º e 3º, sendo
70 aprovados, por unanimidade, e que passam a ter a seguinte redação: "Art. 1º - A
71 UNICRED JOÃO PESSOA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE
72 ASSOCIADOS DE JOÃO PESSOA LTDA., constituída em 19 de dezembro de 1990, é
73 uma instituição financeira, sociedade de pessoas, de natureza civil, sem fins lucrativos.
74 Rege-se pelo disposto nas Leis 5.764, de 16.12.1971, e 4.595, de 31.12.1964, nos atos
75 normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil
76 e por este estatuto, tendo: a) Sede e administração na cidade de João Pessoa, Estado
77 da Paraíba. b) Foro jurídico na cidade de João Pessoa. Área de atuação no município
78 sede de João Pessoa e municípios de Alagoa Grande, Alagoinha, Alhandra, Araçagi,
79 Baía da Traição, Bayeux, Belém, Caaporã, Cabedelo, Caiçara, Caldas Brandão, Capim
80 Conde, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Cuitegi, Curral de Cima, Duas
81 Estradas, Guarabira, Gurinhém, Itabaiana, Itapororoca, Jacaraú, Jacumã, Juarez
82 Távora, Juripiranga, Lagoa de Dentro, Logradouro, Lucena, Mamanguape, Marcação,
83 Mari, Mataraca, Mogeiro, Mulungú, Pedras de Fogo, Pedro Régio, Pilar, Pilõesinhos,
84 Pirpirituba, Pitimbu, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de São Félix, Santa Rita, São

85 José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Serra da Raiz, Seriãozinho, Sobrado e
 86 Tacima. c) Prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12
 87 (doze) meses com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano" e
 88 o Art. 3º, que passa a ter a seguinte redação: " Art. 3º - Podem associar-se à
 89 Cooperativa todas as pessoas físicas que estejam na plenitude de sua capacidade civil,
 90 concordem com o presente estatuto, preencham as condições nele estabelecidas e
 91 residam na área de ação da cooperativa. Parágrafo 1º - Podem associar-se também as
 92 pessoas jurídicas sediadas na área de ação da cooperativa, observadas as
 93 disposições da legislação em vigor", sendo aprovada, portanto, a transformação da
 94 cooperativa para a modalidade de Livre Admissão de Associados. Em seguida foi
 95 colocada em votação o item segundo da pauta, ou seja, a inclusão no Art. 63 e
 96 seguintes do componente organizacional de ouvidoria, sendo aprovado, por
 97 unanimidade o novo texto que passa a ter a seguinte redação: "TÍTULO XII
 98 OUVIDORIA - Art. 63 - Constituem atribuições da Ouvidoria: I- Receber, registrar,
 99 instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos associados e
 100 usuários de produtos e serviços da UNICRED, que não forem solucionadas pelo
 101 atendimento habitual realizadas na cooperativa e nos PAC'S; II- Prestar os
 102 esclarecimentos necessários e dar ciência aos associados/reclamantes acerca do
 103 andamento de suas demandas e das providências adotadas; III- Informar aos
 104 associados/reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode
 105 ultrapassar trinta dias; IV- Encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos
 106 associados/reclamantes até o prazo informado no inciso III; V- Propor ao conselho de
 107 administração e/ou à diretoria executiva da cooperativa medidas corretivas ou de
 108 aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das
 109 reclamações recebidas; VI- Elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de
 110 auditoria, quando existente, e ao conselho de administração e/ou à diretoria executiva
 111 da cooperativa, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da
 112 atuação da ouvidoria, contendo as proposições de que trata o inciso V. Parágrafo 1º - O
 113 serviço prestado pela ouvidoria aos associados da cooperativa deverá ser identificado
 114 por meio de número de protocolo de atendimento. Parágrafo 2º - Os relatórios de que
 115 trata o inciso VI devem permanecer à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo
 116 mínimo de cinco anos. Art. 64 - O Ouvidor da COOPERATIVA será designado e
 117 destituído pela Diretoria Executiva, para um mandato de quatro anos. Art. 65 - A
 118 COOPERATIVA se compromete a: I- Criar condições adequadas para o funcionamento
 119 da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência,
 120 independência, imparcialidade e isenção; II- Assegurar o acesso da ouvidoria às
 121 informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações
 122 recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e
 123 documentos para o exercício de suas atividades." Foi aprovado também a renumeração
 124 dos demais artigos de 66 a 69. Na sequência, disse que o texto ora aprovado seria
 125 submetido à apreciação do Banco Central do Brasil e que somente após a sua
 126 aprovação o novo Estatuto estaria vigente. Em seguida, como nada mais havia a ser
 127 tratado, agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou os trabalhos, cuja

126 ata, após lida e aprovada, vai assinada por mim, Caius Marcellus Lacerda, secretário
129 "ad hoc", pela mesa diretora e por todos os cooperados presentes que quiseram fazê-
130 lo. A presente é cópia fiel e autêntica da que se encontra lavrada no Livro de Atas de
131 Assembleias Gerais da sociedade. João Pessoa (PB), 29 de outubro de 2008.

132
133
134 Caius Marcellus Lacerda
135 Secretário "ad hoc"

136
137
138 Romildo Coelho Montenegro
139 Diretor-Presidente

141
142 José Gomes Batista
143 Diretor Vice-Presidente

144
145
146 Maria das Neves Guedes Cavalcanti Bezerra
147 Diretora Administrativa

148
149 João Bezerra Júnior
150 Diretor Financeiro
151
152

Received
Date: 02/05/08
AS 74 30hs
Signature: [Signature]
Deor/GTREC-200
Pt 0701394038



Deorf/GTREC-2008/08815
Pl 0701394038

Recife, 26 de agosto de 2008.

UNICRED JOÃO PESSOA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E DEMAIS
PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE JOÃO PESSOA LTDA.
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 410 - Torre
58040-140 - João Pessoa (PB)

Prezados Senhores:

Reportamo-nos ao projeto de alteração estatutária dessa Cooperativa visando à transformação para a modalidade prevista no inciso VI do artigo 12 da Resolução 3.442, de 28.2.2007, protocolizado nesta Autarquia na forma estabelecida pelo artigo 1º da Circular 3.201, de 20.8.2003.

2. A propósito, comunicamos a V. Sas que a Diretoria do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 13.8.2008, manifestou-se favoravelmente ao projeto em questão, ficando essa Cooperativa, portanto, habilitada à realização do correspondente ato societário, na forma da lei e condicionado ao que estabelece o artigo 3º da Circular 3.201/2003. Lembramos ainda a necessidade de que tal ato seja submetido à apreciação do Banco Central do Brasil no prazo máximo de 90 dias, contado a partir do recebimento desta comunicação, cuja inobservância ensejará o arquivamento do correspondente processo.

3. Por oportuno, e considerando os critérios qualitativos que suportam as autorizações da espécie, ressaltamos a importância do Plano de Negócio como instrumento gerencial de alta valia para a definição das ações da sociedade em busca de seus objetivos. Nessas circunstâncias, a sua viabilização está diretamente associada ao grau de responsabilidade e compromisso que os administradores tenham com a execução das diretrizes estabelecidas, como também ao regular acompanhamento, inclusive pela Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste – Unicred Central Norte/Nordeste, para efeito de eventuais ajustes e/ou correções.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica Regional em Recife

Dagberto Cavaleanti-Pereira de Melo
Gerente Técnico Regional

Fernando Antônio de Paiva Régis
Coordenador